



**CONSTANTINO COMNINOS**

## **MERCOSUL E INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA**

Dissertação apresentado à Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração em Gestão em Instituições de Ensino.

Professora Orientadora:

Dra. Rejane de Medeiros Cervi

**CURITIBA**

**1998**

DI 2  
378  
C734m  
1998  
2x.1



Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Centro de Teologia e Ciências Humanas  
Departamento de Educação  
Mestrado em Educação

## ATA DO EXAME DA DISSERTAÇÃO

Exame de Dissertação n.º 96

No dia **16 de março de 1998**, às **8h30min**, reuniu-se a Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores:

MEMBROS DA BANCA	ASSINATURA
Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Rejane de Medeiros Cervi	<i>Rejane de Medeiros Cervi</i>
Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Onilza Borges Martins	<i>Onilza Borges Martins</i>
Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Zelia Milléo Pavão	<i>Zelia Milléo Pavão</i>

designada para a Exame de Dissertação do mestrando **Constantino Comninos**, ano de ingresso 1994, do Programa de Pós-Graduação em Educação, Nível de Mestrado, intitulada **MERCOSUL E INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA**.

Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Rejane de Medeiros Cervi	Conceito <u>A</u>
Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Onilza Borges Martins	Conceito <u>A</u>
Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Zelia Milléo Pavão	Conceito <u>A</u>
	<b>Conceito Final</b> <u>A</u>

Observações: *A Banca Examinadora propõe a incorporação, ao texto final, da análise complementar apresentada, pela forma que confere à argumentação pretendida. Propõe, ainda, a divulgação do estudo.*

*Peri Mesquida*  
**Prof. Dr. Peri Mesquida**  
**Coord. do Curso de Mestrado em Educação**

## SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	iv
LISTA DE QUADROS.....	vi
LISTA DE ABREVIATURAS.....	vii
RESUMO.....	ix
INTRODUÇÃO AO TEMA.....	1
CONFIGURAÇÃO DO PROBLEMA.....	8
JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	13
DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	14
TIPO DE PESQUISA E METODOLOGIA UTILIZADA.....	15
DESENVOLVIMENTO.....	17
1. O ESPAÇO REGIONAL.....	17
1.1. Sobre a evolução da integração regional na América Latina.....	31
1.2. Sobre a configuração atual da integração regional da América do Sul: o caso do MERCOSUL.....	41
1.3. Sobre o sentido da formação de blocos regionais frente à globalização.....	46
2. O INTERCÂMBIO INTERNACIONAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO.....	60
2.1. Sobre a evolução das relações internacionais no campo da educação.....	63
2.2. Sobre a configuração atual do intercâmbio internacional no campo da educação na América do Sul.....	71
2.3. Sentido do intercâmbio internacional no campo da educação no âmbito do MERCOSUL.....	84

3. A INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO SUPERIOR NO ÂMBITO DO MERCOSUL .....	86
3.1. Marco, histórico, da evolução universitária no âmbito do MERCOSUL.....	91
3.2. Discurso atual e desafios contemporâneos da universidade no âmbito do MERCOSUL.....	96
3.3.O sentido do intercâmbio universitário no processo de integração do MERCOSUL.....	106

REFLEXÕES.....	120
----------------	-----

CONCLUSÃO.....	131
----------------	-----

BIBLIOGRAFIA.....	133
-------------------	-----

## LISTA DE QUADROS

QUADRO I – Principais Blocos Econômicos do Mundo.....	....11
QUADRO II – Os Grandes Acordos Comuns Firmados entre os Países do Continente Americano.....	....21
QUADRO III – Indicadores Geo-Sócio-Econômicos dos Países do Mercosul.....	....43
QUADRO IV – Marcos Institucionais da Integração da Educação no Mercosul.....	....80
QUADRO V - Ensino Superior no MERCOSUL (1992-1993).....	....100
QUADRO VI – Indicadores educacionais da região do MERCOSUL.....	....101
QUADRO VII – Gastos em Ciência e Educação em Alguns Países Integrantes dos Blocos Econômicos na América Latina.....	....105
QUADRO VIII – Desenho Prospectivo para um Macro-Comércio e Etapas Possíveis para Avaliar a Integração no Mercosul Com vistas à Cooperação Inter-Universitária.....	....128
MAPA 1 – A Zona do Mercosul.....	....40

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABRUEM	➔	Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais
AELC	➔	Associação Européia de Livre Comércio - integrada por Noruega, Islândia, Suíça e Liechtenstein (EFTA).
AID	➔	Associação Internacional para o Desenvolvimento
AIEA	➔	Agência Internacional de Energia Atômica
ALADI	➔	Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração
ALALC	➔	da Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALCAN	➔	Acordo de Livre Comercio de América do Norte (NAFTA)
ALGA	➔	Área de Livre Comércio das Américas
ANDE	➔	Associação Nacional de Educação
ANPED	➔	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANSA	➔	Associação de Nações do Sudeste Asiático, integrado por Brunei, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura y Tailândia.
APEC	➔	Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico
APEC	➔	Cooperação Econômica da Zona Ásia-Pacífico
ASEAN	➔	Associação das Nações do Sudeste Asiático
BID	➔	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIE	➔	o Bureau Internacional da Educação-
BIRD	➔	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CARICON	➔	Comunidade do Caribe
CCE	➔	Comunidade Econômica Européia
CCG	➔	Conselho de Cooperação do Golfo
CCI	➔	Comissão de Cooperação Intelectual
CEA	➔	Comissão Econômica para a África
CEAO	➔	Comissão Econômica para a Ásia Ocidental
CEDEAO	➔	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEDES	➔	Centro de Estudos Educação e Sociedade
CEI	➔	Comunidade dos Estados Independentes
CEPA	➔	Comissão Econômica para a América-Latina
CEPAL	➔	Comissão Econômica para a América Latina
CNA	➔	Conselho Nacional Africano da África do Sul
CNUCED	➔	Conferência das Nações Unidas sobre o Comercio e o Desenvolvimento
CNUED	➔	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente e o

Desenvolvimento

COCONA	➔ Conselho de Cooperação do Atlântico Norte
CEBRAP	➔ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
COMECOM ou CAEM	➔ Conselho de Assistência Econômica Mútua
COMETT	➔ Community Action Programme in Education and Training for Technology
CRUB	➔ Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
ECTS	➔ European Community Course Credit Transfer System,
EFTA	➔ Associação Européia de Livre Comércio (AELC), integrada por Noruega, Islândia, Suíça e Liechtenstein.
GA	➔ Grupo Andino ou Acordo de Cartagena
GATT	➔ General Agreement on Tariffs and Trade: Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio. Firmado por mais de 100 países.
GRAN	➔ Grupo Andino, integrado por Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.
IBGE	➔ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPES	➔ Instituto Latino Americano de Planificação Econômica e Social
INCRA	➔ Instituto de Capacitação e Investigação em Reforma Agrária
MCC	➔ Mercado Común de Centroamérica, integrado por Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua.
MCCA	➔ do Mercado Comum Centro Americano
MERCOSUL	➔ Mercado Comum do Sul
NAFTA	➔ North American Free Trade Agreement - Acordo de Livre Comércio da América do Norte - reúne Estados Unidos, Canadá e México,.
NICs	➔ Países não Industrializados
NOEI	➔ Nova Ordem Econômica Internacional
OCDE	➔ Organização para a Cooperação Desenvolvimento Econômico
OIT	➔ Organização Internacional do Trabalho
OMC	➔ Organização Mundial do Comércio - ou World Trade Organization WTO.
PA	➔ Pacto Andino
PECOS	➔ Países de Europa central e Oriental. Eslováquia, Bulgária, Romênia, Estônia, Letônia, Lituânia, Eslovênia, Polônia, República Checa e Hungria.
PNUD	➔ Plano de Desenvolvimento das Nações Unidas
SADC	➔ Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento
UE	➔ União Européia.
UNCTAD	➔ Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento
UNESCO	➔ Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
WTO	➔ World Trade Organization. Ver OMC

## RESUMO

O presente estudo se centra sobre a compreensão do processo de integração no âmbito do MERCOSUL, enquanto sub-produto de um cenário globalizado, e a decorrente projeção do papel da universidade nesse processo. Neste sentido, articula e interpreta literatura e documentação oficial específicas com vistas ao levantamento de questões que sirvam ao enquadramento crítico do problema. Reconhece que a educação superior, como conteúdo da dinâmica integracionista, encontra-se em fase embrionária, secundarizada face à preferência política em relação às transações de cunho comercial desenvolvidas desde a constituição do MERCOSUL até o momento presente. Defende um compromisso mais efetivo das universidades a favor do processo de integração, fundado em um insinuante passado cooperativo vivido por instituições latino-americanas e forjado na reflexão prospectiva que a atual dinâmica da globalização sugere. Identifica a progressiva institucionalização regional, também e necessariamente, com o desenvolvimento das universidades sob a ótica da mais ampla internacionalização.

## RESUMO

O presente estudo se centra sobre a compreensão do processo de integração no âmbito do MERCOSUL, enquanto sub-produto de um cenário globalizado, e a decorrente projeção do papel da universidade nesse processo. Neste sentido, articula e interpreta literatura e documentação oficial específicas com vistas ao levantamento de questões que sirvam ao enquadramento crítico do problema. Reconhece que a educação superior, como conteúdo da dinâmica integracionista, encontra-se em fase embrionária, secundarizada face à preferência política em relação às transações de cunho comercial desenvolvidas desde a constituição do MERCOSUL até o momento presente. Defende um compromisso mais efetivo das universidades a favor do processo de integração, fundado em um insinuante passado cooperativo vivido por instituições latino-americanas e forjado na reflexão prospectiva que a atual dinâmica da globalização sugere. Identifica a progressiva institucionalização regional, também e necessariamente, com o desenvolvimento das universidades sob a ótica da mais ampla internacionalização.

## INTRODUÇÃO AO TEMA

Com a criação do Mercado Regional do Sul - MERCOSUL a partir de 1991, mediante a assinatura do Tratado de Assunção, passaram a ser objeto de questionamentos o papel da educação no processo de integração e suas conseqüências.

No entanto, é de se lembrar que o tema da integração educacional, não alcançou, ainda, a mesma força dos outros objetos em discussão.

A grande maioria dos temas publicados e dos seminários realizados vem se ocupando, com prioridade, de questões tarifárias, do ordenamento jurídico, do fluxo de mão-de-obra e dos direitos previdenciários. Entre os 11 (onze) subgrupos especializados que compõem o Grupo Mercado Comum - GMC, (Artigo Nono do Tratado de Assunção), pouca atenção foi dada à educação, a qual tem sido tratada de modo ainda superficial por algumas poucas reuniões que se realizaram entre ministros, professores e técnicos da área citada. As comissões temáticas que se concretizaram ao longo do tempo, a partir de março de 1993, com participação de pessoal técnico dos países, trataram de implementar medidas segundo as especificidades tituladas em cada subgrupo de trabalho, a saber: Subgrupo 1 – Assuntos Comerciais; Subgrupo 2 – Assuntos Aduaneiros; Subgrupo 3 – Normas Técnicas; Subgrupo 4 – Política Fiscal e monetária, áreas relacionadas com o Comércio; Subgrupo 5 – Transporte Terrestre; Subgrupo 6 – Transporte Marítimo; Subgrupo 7 – Política Industrial e Tecnológica; Subgrupo 8 – Política Agrícola; Subgrupo 9 – Política Energética; Subgrupo 10 – Coordenação de Políticas Macroeconômicas; Subgrupo 11 – Relações Trabalhistas (SOARES,

1997).

Na base do questionamento e das lentas definições está a indagação sobre o que pode representar a integração no campo da educação: (1) Seria possível integrar este processo sem uma “pedagogia” da integração, e, antes desta, sem formar uma “massa crítica” de pessoas qualificadas para a realização efetiva deste processo? (2) Como integrar as políticas sociais se o crescimento dos países tem caráter heterogêneo e os indicadores demonstram situações de acentuado desequilíbrio? (3) Teria terminado a “questão da dualidade” entre países ou dentro deles, ou seja, como se comportam ou se comportarão, no futuro, as várias sociedades (conflitantes ainda) que existem nos limites da fronteira dos países que fazem parte deste bloco? (4) Até onde o MERCOSUL teria efeitos positivos nos campos do desenvolvimento da educação, da ciência e da tecnologia, dadas as carências vigentes e gritantes nestas áreas cruciais ao desenvolvimento? (5) Estaria o sistema educacional dos países-partes, visto isoladamente ou integrado, em condições de cumprir o seu verdadeiro papel de formador do cidadão qualificado para o milênio que se aproxima? (6) O que os governos, responsáveis pela maior parte do custeio em educação básica e em outros níveis, poderiam fazer para minimizar o impacto do profissional frente ao mercado de trabalho que se especializa a cada dia que passa? (7) O que a empresa espera do ensino técnico-profissional e principalmente da universidade, quanto à formação da mão-de-obra que será colocada à disposição da demanda de empregos, em um âmbito mais abrangente?

Enquanto a literatura vem demonstrando que em outros blocos os governos se preocuparam e continuam a se preocupar com a questão da

educação em todos os níveis, no bloco MERCOSUL, os índices educacionais divulgados desafiam governos, universidades, empresas e os segmentos societários envolvidos, mas as respostas são definidas com políticas pouco agressivas e com resultados modestos.

O estudo da integração da educação no âmbito do MERCOSUL supõe a sua inserção em um quadro mais amplo de transações, isto é, no contexto da globalização.

Historicamente, e seguindo a análise de autores contemporâneos (HUNTINGTON, 1996; CAMPOS, 1997), podemos dizer que a globalização se encontra em sua quarta fase. A primeira remonta à época do apogeu romano, quando foram construídos viadutos, aquedutos, estradas, e se procurava, longe de estabelecer um confronto com o pensamento grego, utilizar estes conhecimentos para aplicações de ordem prática. A segunda globalização surge cerca de 15 séculos após, com as grandes descobertas. A terceira, instala-se no século XIX, culminando com o final da Primeira Grande Guerra, neste século. A quarta e atual globalização, emerge de um “confronto de civilizações” e não mais do domínio de países hegemônicos.

Tal se pode ver quando se compara o papel das grandes potências que ainda continuam hegemônicas mas sem a mesma presença de anos atrás. Exemplificando: quando terminou a Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos detinham cerca de 60% do poder econômico mundial. Hoje, esse domínio não passa de 20%, ainda que sua economia tenha crescido 6 vezes e meia em relação ao ano de 1945. Duas potências atuais, o Japão e a Alemanha, derrotadas naquela guerra, representam, na atualidade e na somatória, mais do

que o poder econômico dos Estados Unidos. Verificando a participação das nações constituídas em comunidades econômicas, tem-se resultados que comprovam que é exatamente nos blocos onde reside a grandeza das economias atuais. A União Européia, com cerca de 7,3 bilhões de dólares de produto anual; o NAFTA - *North America Free Trade Agreement* com cerca de 8 bilhões de dólares ano; o grupo asiático Japão e Tigres, com aproximadamente 5,7 bilhões de dólares/ano. A APEC - *Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico*, entidade programada para funcionar nos primeiros anos do milênio que se aproxima, deverá representar a maior força econômica mundial dada a pujança da economia dos três blocos que a constituem, quanto ao mercado gigantesco que já representa.

Neste raciocínio pode-se acreditar não na queda da hegemonia isolada de países, mas, em uma hegemonia aparente dentro de cada bloco, sendo que os blocos em conjunto serão os concorrentes, uma vez que o corporativismo extravasou os agrupamentos sociais e foi transferido à sociedade global internacional.

No momento atual observa-se uma coesão grupal, em bloco, muito grande, inexistente há alguns anos, quando a hegemonia em vigor dividia o mundo em duas grandes potências que dominavam seus satélites como bem entendiam. A economia planetária tornou-se a tônica do momento e, por mais que Produtos Internos Brutos possam se impor como riqueza de poder, as nações não hegemônicas passaram a ser competitivas. Por outro lado, mesmo que possa haver, e sempre haverá, em cada bloco, a nação carro-chefe, não significa dizer, que este fato leve à hegemonia absoluta deste país em relação aos demais.

Entretanto, cabe salientar o poder das corporações empresariais, representadas pelas empresas transnacionais, que continuam a exercer influência no contexto internacional, haja vista a pressão em termos geopolíticos sobre algumas áreas destacadas do globo terrestre, ricas em matérias-primas como minerais, florestas e fontes energéticas das quais a sociedade industrial ainda depende. Além disso, há que se considerar o efeito de áreas conflituosas que continuam a exercer uma influência considerável nas decisões internacionais das grandes potências no tabuleiro da geopolítica intercontinental.

Quanto ao bloco que reúne as nações da América do Sul, sua identidade vem sendo progressivamente constituída.

Muitas reuniões antecederam a criação do MERCOSUL, notadamente por via de agendas diplomáticas fundamentadas em estudos preparados pelos Ministérios de Relações Exteriores das nações envolvidas, que levaram os presidentes dos países-partes a formularem princípios que vêm sendo estruturados até o presente.

Estas agendas maiores, seguidas por outras de menor amplitude, defendiam, nos anos iniciais do processo, a necessidade da democratização e do manutenção dessa via política para todos os países que viessem a integrar o organismo proposto. Este fato atrasou, em parte, a criação do MERCOSUL, pois, foi nos primeiros anos do decênio dos oitenta, que as Repúblicas da Argentina, do Brasil e do Uruguai iniciavam o retorno às vias democráticas. O mesmo se dá com os demais países que começam a se integrar ao bloco, os quais também se encontram em uma situação de mudança na ordem política e, por decorrência, na ordem econômica e social.

Com a assinatura do Tratado de Assunção em 1991, ficou delimitada inclusive a possibilidade de entrada no bloco de outros países que solicitassem seu ingresso, mediante o cumprimento de requisitos pré-estabelecidos.

Conforme se observa, outros países estão se candidatando para fazer parte do bloco, haja vista as inúmeras vantagens competitivas que seus integrantes gozam no sentido de favorecer suas populações em todos os aspectos contemplados nos Atos firmados entre os Países Partes. Cabe lembrar que a entrada de outros países, esboçada até o presente, não levou ao desequilíbrio do bloco inicialmente constituído pelos três países que firmaram o primeiro tratado de cooperação. Ao contrário, sua incorporação promete propiciar a densidade que se impõe aos blocos como tal.

Nesse quadro de potencialização regional, as assimetrias sociais e a incerteza dos impactos da globalização sobre a própria regionalização não impedem o direcionamento de esforços voltados à consolidação dos laços latino-americanos. Afinal, acreditamos que a educação, de um modo geral, e a formação e a pesquisa universitárias em particular, têm um papel de grande significado no processo de integração do MERCOSUL. Os desafios sociais e políticos deste Bloco precisam ser convertidos em demandas a serem atendidas por compromissos e programas no plano programático das instituições universitárias, governamentais ou particulares.

## CONFIGURAÇÃO DO PROBLEMA

O problema da dimensão atual da sociedade como um todo, está em procurar entender as estruturas políticas e econômicas que se formaram desde o final da Segunda Grande Guerra. Sem dúvida, essas estruturas acentuaram à escala planetária um “novo mundo”, cujas características mais significativas “são as configurações espaciais” (SANTOS in BENKO, 1996: p. 9).

No entanto, mesmo o “novo mundo” se constrói sob um clima de conflitos, pois que as crises sempre existiram no sistema capitalista. Reestruturar as estratégias é tarefa urgente, haja vista, que os excedentes estão cada vez mais escassos, não porque deixaram de ser produzidos, mas pelo fato de sua concentração ser cada vez mais ligada à riqueza mundial.

O fim do século se encontra frente a novos processos que irão ditar as regras. Aceitar as novas estruturas, ou, o “novo mundo” criado pelas forças das circunstâncias, e se preparar para adentrar no Terceiro Milênio, com novas atitudes e idéias é questão de sobrevivência. E é este sentido de sobrevivência que leva as nações mais destemidas a assim pensar e a agir para não ficar fora da nova ordem que será instalada.

Configurar o problema da regionalização é traçar uma linha de conduta e entender para onde vai efetivamente a mundialização. Sua origem está nas inúmeras dificuldades que permeiam o problema, notadamente nas relações “entre o nacional e o internacional, entre o local e o global” (BENKO, 1996).

Segundo o mesmo autor, enquanto o esquema de Schumpeter se fundamentava na “escola de regulação”, os imperialismos se manifestavam, estabelecendo uma dependência entre duas grandes forças econômicas que sempre se degladiaram. Enquanto uma se configura com uma base acumulativa de capital tecnológico e trabalho qualificado e formador de mercados dinâmicos internos, a outra se situa como exportadora de produtos primários com base em capital insipiente e trabalho não especializado.

O sentido de cooperação deve prevalecer, em princípio, porque, para se atingir um mercado comum, as etapas à vencer são gradativas. Assim, para que se possa colocar a educação dentro de uma ordem que venha a ser fundamentada no “direito comunitário”, mister se faz procurar interpretar as fases que antecederam a assinatura do Tratado que estabelece as regras a serem seguidas.

Há uma seqüência possível dos níveis de colaboração econômica multilateral que aproximam os Estados: (1) O Livre Comércio, restringe o comércio internacional e reduz as taxas aduaneiras. O exemplo mais significativo é o grupo do norte da América conhecido como NAFTA; (2) União Aduaneira, estabelece uma tarifa externa comum - TEC, onde vigora o livre comércio. Como exemplo, tem-se o Grupo Andino, conhecido como Pacto Andino e atualmente o MERCOSUL; (3) Mercado Comum, trata de aplicar o livre comércio, a união aduaneira, seguida da circulação livre de pessoas, bens, capitais e serviços. Exemplo a Comunidade Econômica Européia - CCE - após 1993; (4) União Política e Econômica, implica a aplicação de normas dentro de área geográfica definida onde se inclui o mercado comum, um sistema monetário comum e uma política externa de defesa comuns. Como exemplo mais contundente tem-se a

União Européia, com a ratificação do Tratado de Maastricht, conhecido como o Tratado da União.

A distinção conceitual básica reside no entendimento de que os acordos de Livre Comércio e o de União Aduaneira, estabelecidas em níveis ou zonas, implicam em cooperação. Quanto ao Mercado Comum e a União Política e Econômica, representam integração econômica. (BASSO, 1995).

### Quadro I - Principais Blocos Econômicos do Mundo

BLOCOS	Nº DE PAÍSES MEMBROS	OBJETIVOS
<b>1 NAFTA</b> – Tratado de Livre Comércio	3	* Zona de Livre Comércio
<b>2 MCCA</b> – Mercado Comum Centro Americano	5	* União Alfandegária
<b>3 CARICOM</b> – Comunidade do Caribe	13	* União Aduaneira * Coordenação de Políticas Públicas * Mercado Comum
<b>4 PA</b> – Pacto Andino	5	* Coordenação de Políticas Industriais * Mercado Comum
<b>5 MERCOSUL</b> – Mercado Comum do Sul	4	* Atuação Conjunta para Desenvolvimento * Zona de Livre Comércio
<b>6 EU</b> – União Européia	15	* Harmonização de Políticas Públicas * União Monetária
<b>7 EFTA</b> – Associação Européia de Livre Comércio	7	* Área de Livre Comércio
<b>8 CEAO</b> – Comunidade Econômica da África Ocidental	7	* Área de Livre Comércio * Acordo Multilateral de Defesa e Não Agressão * Constituição de Fundo de Desenvolvimento
<b>9 ASEAN</b> – Associação das Nações do Sudeste Asiático	5	* Área de Livre Comércio
<b>10 APEC</b> – Coordenação Econômica Ásia-Pacífico-América	18	* Área Expandida de Livre Comércio

Fonte: Anuário Econômico e Geopolítico Mundial/ Editora Ensaio, São Paulo, 1996

Como nem todas as Cartas Magnas dos países são homogêneas em certas prerrogativas, muitas vezes, para aceitar a entrada do país no bloco, uma vez aprovado o Direito Comunitário, convoca-se a nação ao *referendum* plebiscitário. A Grã-Bretanha sempre se opôs a aceitar a moeda única da Comunidade Européia, assim como a Dinamarca. São os exemplos de convocação plebiscitária, cuja decisão foi tomada via eleições nacionais específicas para tal fim. O mesmo ocorreu com a Confederação Suíça, quando o plebiscito negou ao país fazer parte da União Européia. Nota-se que em muitas ocasiões, para que se observe o mínimo de competência para a participação em bloco de cooperação mútua, renunciam, os Estados, a muitas prerrogativas, podendo criar um impasse na ordem soberana de sua constitucionalidade. No ano em curso, 11 (onze) países puderam adotar a moeda da União Européia, o EURO, sendo que a Grã-Bretanha, por cautela, só entrará no processo, após dois anos de sua implantação.

Renunciar não significa ter de aceitar tacitamente o que se lhe impõe o tratado firmado. Alerta-se, todavia, para o fato de que, enquanto nos dois primeiros casos, a área de Livre Comércio e a União Aduaneira, poucas inovações jurídicas foram necessárias, no caso de um Mercado Comum ou de União Política e Econômica, as exigências passam necessariamente pela: (1) “revisão do conceito clássico de soberania”; e (2) “pelo enfrentamento legal, jurisprudencial e doutrinário, acerca da validade e eficácia do Direito Internacional e, mais especificamente do Direito Comunitário, e o possível confronto entre esses e as lei internas - nacionais” (BASSO, 1995: p. 10).

No caso específico da Educação, situa-se o problema, em se tratando de Mercado Comum, em algo mais além do que circulação de pessoas e cooperação mútua inter-institucional.

Ao se pretender cumprir uma integração que projete soberania a um bloco regional, abre-se a discussão sobre o sentido, os limites, os conteúdos e as condições desse processo necessariamente complexo.

Portanto, a questão central do presente estudo pode se resumir na interrogação preliminar: qual o sentido da integração regional que há de servir à programática educacional, especialmente em seu vínculo/compromisso universidades com o MERCOSUL?

## **JUSTIFICATIVA DO ESTUDO**

A relevância da temática escolhida, a integração regional e, em conseqüência, a importância de seu estudo e aplicação no campo da educação, é visível e irreversível. O sentido estratégico da integração, sua complexidade e sua relação com medidas concretas impõe análise intensa e extensa. Poder-se-ia dizer que a própria sobrevivência das instituições, inclusive a universitária, será difícil se ela pretender permanecer à margem do processo de integração.

Por outro lado, os estudos sobre esse tema são relativamente escassos e os discursos estão desarticulados. Há iniciativas importantes e é preciso que se articule a compreensão de toda esta matéria. Sobretudo, é imprescindível que se reveja os cenários presente e futuro da região e se avance na explicitação e na

implementação da integração educacional sob os desafios impostos pela especificidade da configuração geopolítica do MERCOSUL e a fatalidade de um processo de integração que o contorna.

É fundamental que se considere o papel da educação na integração regional como compromisso que possui, ao mesmo tempo como teor pragmático e teor ético, numa situação de ajuda mútua em um destino comum.

## **DELIMITAÇÃO DO ESTUDO**

Para melhor explicitar o problema levantado, ou seja, para melhor enquadrar o sentido do papel da educação no contexto do MERCOSUL, relacionando a questão da globalidade na geopolítica internacional, este estudo está dividido em quatro capítulos que se interagem. O primeiro capítulo trata do espaço regional, sua evolução e configura a integração regional do MERCOSUL no contexto da América do Sul, inter-relacionando a formação dos blocos regionais frente à globalização. O segundo capítulo apresenta o intercâmbio internacional no campo da educação, configurando a evolução das relações internacionais e o seu sentido no âmbito do MERCOSUL. O terceiro capítulo se prende ao conhecimento do papel da universidade e sua evolução na América do Sul, os desafios que ela enfrenta e sua função como elemento catalisador no intercâmbio internacional. Por fim, este estudo reúne e distingue o discurso atual da integração universitária no âmbito do MERCOSUL, esboçando elementos de uma pauta estratégica.

## TIPO DE PESQUISA E METODOLOGIA UTILIZADA/OBJETIVO DO ESTUDO

Enquanto abordagem de natureza descritivo-analítica, o presente estudo recorre à articulação e interpretação da literatura e documentação temática específica disponível, no intuito de construir uma sistematização para enquadrar criticamente o problema levantado, isto é, a questão da integração regional no âmbito do MERCOSUL no que se aplica educação superior, especialmente na modalidade universitária.

### Nota 1. CONCEITOS

1 - **Área de Livre-Comércio** é um acordo que permite a adoção progressiva das tarifas alfandegárias comuns entre os países-membros, sendo que, com parceiros fora do bloco, cada país estabelece regras próprias.

2 - **União Aduaneira** quando os membros integrantes ao bloco decidam adotar uma política única com quem não integrar o grupo.

3 - **Mercado Comum** ultrapassa os casos anteriores pois trata de liberalizar o trânsito de pessoas, bens e capitais, e não só de mercadorias.

3 - **União Econômica** quando padronizam-se as políticas econômicas dos membros rumo a uma moeda única.

## 1 - O ESPAÇO REGIONAL

Contudo o tema "regional" estar originariamente vinculado ao espaço geográfico, a economia e a política sempre tiveram um papel de destaque quando se trata da constituição de blocos regionais e onde os interesses, com certa freqüência, conflitam.

Os processos de integração, na maioria das vezes, foram herdeiros de conflitos bélicos de grande duração, e estratégia principal utilizada pelos países que entraram no processo de desenvolvimento econômico. Assim é que, após a Segunda Grande Guerra, quando as questões regionais passaram a ter uma importância maior, o auxílio externo provindo das nações ricas serviu de alavancagem para muitas regiões, ainda que esse auxílio fosse destinado, basicamente, para os países subdesenvolvidos isoladamente. Os países que mais se beneficiaram destes recursos foram aqueles que contribuíram de uma maneira ou outra, ou seja, com maior ou menor proporção, para com o esforço de guerra dos aliados.

No campo da educação, muito se fez, mas não o suficiente, para dotar as nações que desejavam se desenvolver, com recursos que permitissem a formação de mão-de-obra especializada e capacidade de criar tecnologia própria. Os países vencedores, por outro lado, principalmente os Estados Unidos, cuja hegemonia iria se manter por muitas décadas, viu-se na obrigação de auxiliar seus parceiros, exigindo destes, a aplicação de recursos de forma a atender não somente aos reclamos isolados, mas sim determinando a distribuição de investimentos em

retornos diretos, muitas vezes opondo esta questão, aos interesses regionais (KENNEDY, 1987).

Para garantir sua posição, os países subdesenvolvidos passaram a adotar políticas econômicas tomando o rumo da unidade em blocos. Daí entender que, não obstante a existência da Organização dos Estados Americanos, no caso do Novo Mundo, outros acordos de menor envergadura foram firmados entre países menos privilegiados economicamente para salvaguardar seus interesses políticos e econômicos e equilibrar suas necessidades básicas.

No caso da América Latina, o cenário apresentou alguns conflitos de menor monta, comparativamente com os países europeus, asiáticos e mesmo os Estados Unidos. Suas confrontações limitaram-se a casos nacionais, com inúmeros golpes de Estado onde os interesses de grupos econômicos e políticos, levavam à luta pela alternância do poder (JAGUARIBE, 1967).

Porém, o ponto de destaque do surgimento de blocos regionais está vinculado à contenção de ameaças aos interesses econômicos e políticos que nações poderosas possam infringir às nações menos privilegiadas. Tal idéia pode servir à compreensão da institucionalização da própria Organização dos Estados Americanos, precedida pela idéia de Monroe quando de uma possível ameaça européia, ainda no século passado.

A evolução da integração latino-americana tem a sua singularidade.

Neste século, a América Latina sai efetivamente de um período de aproximadamente quatro séculos, vivenciados no modelo primário-exportador, para entrar na via da industrialização substitutiva de suas importações. Este

aspecto não pode ser esquecido, quando se trata de analisar as relações de poder entre os vários países que integram o sistema econômico pan-americano.

Nos anos sessenta, inaugura-se a era Kennedy (Presidente John F. Kennedy dos Estados Unidos – 1960/63), o Brasil lança a operação Pan-Americana em Punta De Leste, Uruguai. Segue-se a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, em 1960, conforme explicitava o Tratado de Montevideo. A ALADI – Associação Latino-Americana de Integração criada em 1980, veio dar continuidade ao trabalho desempenhado pela ALALC. Outros organismos foram criados no contexto latino-americano para fazer frente ao processo de estagnação que muitos países se encontravam, tais como, o (1) CARICOM – Comunidade do Caribe (1989) que se desdobra em dois segmentos. Um de caráter político, a Comunidade das Nações do Caribe, e outro na linha de defesa dos interesses econômicos, o Mercado Comum (SOARES, 1997). Ainda na região conflituosa centro-americana, nasce, nos anos setenta o (2) MCCA – Mercado Comum Centro-Americano, desdobrado, em 1990, com o Plano de Ação Econômica da América Central – PAECA. O (3) Pacto Andino – PA, também conhecido como Grupo Andino – GA, criado em 1969, surgiu em defesa dos interesses da região andina, frente a força da ALALC e mais tarde da ALADI. O (4) SELA – Sistema Econômica Latino-Americano, firmado no Panamá em 1975, com vistas a “promover a cooperação intra-regional e acelerar o desenvolvimento econômico e social” dos países envolvidos. Por fim, após inúmeras tentativas de integração regional, nasce o (5) Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, em 1991 (ACCIOLY, 1996; SOARES, 1997).

**Quadro II - Os Grandes Acordos Comuns Firmados Entre os Países do Continente Americano**

<b>ASSEMBLÉIA DE PAÍSES</b>	<b>Nº DE PAÍSES</b>	<b>POPULAÇÃO MILHÕES DE HAB.</b>
<b>NAFTA (1994)</b> Canadá Estados Unidos México	<b>3</b>	<b>391,1</b>
<b>PACTO ANDINO (1969)</b> Bolívia Colômbia Ecuador Peru Venezuela	<b>5</b>	<b>101,5</b>
<b>MERCADO COMUM CENTRO AMERICANO (1961)</b> Costa Rica Guatemala Honduras El Salvador Nicarágua	<b>5</b>	<b>30,7</b>
<b>MERCOSUL (1991)</b> Argentina Brasil Paraguai Uruguai	<b>4</b>	<b>207,7</b>
<b>COMUNIDADE CARIBENHA (1972)</b> Antigua Bahamas Barbados Belize São Cristovão e Névis Dominica Granada Guiana Jamaica Monteserrat Santa Lúcia São Vicente e Grandinas Trinidaad e Tobago	<b>13</b>	<b>6,3</b>

Fonte: Anuário Econômico e Geopolítico Mundial

Editora Ensaio, São Paulo, 1996

Foram inúmeras as agendas que se sucederam ao longo do tempo, exercidas pelos mandatários dos países, especialmente quando as necessidades do continente começam a se agravar em função do incremento populacional, fenômeno que veio a exigir mais investimentos nos campos da educação e do atendimento social.

Deve-se à Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, órgão da Organização das Nações Unidas - ONU criado em 1948, após a Segunda Grande Guerra, o mérito da formação de uma massa crítica de especialistas, que passou a utilizar o instrumental do planejamento para racionalizar os recursos disponíveis no continente, dentro da tese que a América Latina só sairia da dependência se viesse a estruturar a sua economia como um todo. Se o ideário cepalino não pode atingir seus objetivos na extensão que se propunha, pelo menos, pode-se creditar aos cursos de treinamento da CEPAL, um desempenho ímpar na formação de especialistas, por mais que constituíssem uma clientela heterogênea quanto à configuração de seus quadros. Por outro lado, esses cursos mudaram os currículos dos cursos de Ciências Econômicas da América Latina, introduzindo disciplinas e instrumentais antes desconhecidos dos economistas dos países envolvidos.

Hoje, talvez este exemplo nos ajude a melhor realizar a integração, uma vez que, estando na era da globalização, mister se faz a aplicação de uma "pedagogia da integração" no sentido de gestionar o enfrentamento inter-blocos, reconhecendo-se a necessidade de diminuir a dependência vigente dos blocos de menor produto, diante de outros blocos melhor estruturados econômica, política e socialmente.

Um outro ponto que não pode ser ignorado, e que está inserido em todas as fases do próprio modelo latino-americano, é o predomínio do poder ligado aos interesses prevaletentes das classes dirigentes, que influenciaram direta ou indiretamente, alguns setores da sociedade, notadamente na educação e na participação de segmentos emergentes provindos das massas, mas que se mantiveram marginalizados nas grandes realizações da sociedade global.

O que se observa no contexto pan-americano é que os blocos que nele se encontram definidos geo-politicamente são não apenas díspares entre si, como também internamente. Observa-se que, em todos os blocos, as diferenças são notáveis, levando ao exercício da convivência e à fundamentação de um ordenamento jurídico comunitário que extravasa, em alguns casos, o direito consuetudinário de cada país, criando uma jurisprudência própria para cada bloco, a despeito das diferenças culturais vigentes.

Do mesmo modo, comportou-se a experiência européia da integração. A Comunidade Econômica Européia (com 6 países), nascida do embrião da Comunidade do Carvão e do Aço - CECA (com 3 países), com uma experiência de cerca de 40 anos, hoje União Européia (até 1997 com 12 países e a partir deste ano, incluída a Áustria, passou a ser composta por 13 nações), mantém diferenças tão gritantes, que, não fora a convivência exercitada nos limites do Direito Comunitário, que é respeitado pelos países-membros, seria difícil imaginar a co-existência entre a Alemanha e a Grécia, ou a da Itália com a Irlanda do Norte, considerando os tipos de economia, valores sociais, estrutura familiar, tamanho do território e da população, e tantos outros mais.

Convém lembrar que um dos aspectos mais importantes do MERCOSUL, está no tamanho da população de cada país-parte e nem tanto em sua somatória, o que define possibilidades de mercado futuro, sem contar o território e as riquezas que cada um contém, e que é desproporcional no conjunto do Bloco. Isto implica na necessidade da criação de mecanismos de integração sólidos para, de um lado, melhor utilizar as riquezas disponíveis e, de outro, preparar as populações para o futuro, garantindo empregos imediatos e apropriados à todos os segmentos sociais.

O que se observa, também, neste contexto, é o tamanho das economias, uma vez que muitas delas apresentam produtos menores do que os produtos dos Estados brasileiros fronteiriços aos países-partes integrados ao bloco. Na relação população x renda, disparatada em todos os países do bloco, o papel do Estado se multiplica, já que cabe a este não somente coordenar a política como induzir as questões econômicas e o controle da ordem social. Entenda-se neste caso, a questão da educação orientada para o desenvolvimento do Bloco como um todo.

Para uma melhor fundamentação da idéia de integração, faz-se necessária uma rápida digressão histórica da América Latina. Observa-se que a América Latina sempre se situou como um continente dependente das potências européias dominantes e, mais recentemente, dos Estados Unidos. No panorama geo-político mundial, a América Latina nunca teve outra função se não a de ser uma área que recebia da Europa, passando a receber dos Estados Unidos, influências as mais diversas, incluindo a ênfase às questões da educação. A tendência da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, sempre foi a

de criar uma independência, diga-se, relativa, entre o modelo latino-americano e os clientes desenvolvidos (STEGER, 1970; JAGUARIBE, 1976).

Outro dos pontos que deve ser lembrado é a posição ideológica dos países que compõe o continente. Não existe uma unidade cultural, constituída com certa lógica, que possa garantir uma estabilidade inter-comunitária. Muitas trilhas deverão ser desbravadas, para se chegar ao percurso a uma estrada de duas mãos, e para se atingir esta unidade nos prazos das expectativas.

Em termos universitários, desde que as primeiras Universidades foram fundadas na América Espanhola em meados do século XVI, até o início do século XX, passou a América Latina a adotar os modelos das congêneres européias, processo que foi substituído nos últimos anos pela influência emergente dos Estados Unidos. Como exemplo, cita-se o caso brasileiro, que seguiu, por muitos anos, o modelo Francês, trocando-o de forma abrupta no final dos anos sessenta e início dos setenta, pelo modelo americano. Poucas universidades puderam adotar modelos intermediários, adaptando-os a concepções próprias, para tanto, apenas tocando em seus currículos e em parte nos conteúdos das disciplinas de seus cursos mais representativos (CASTRO, 1994).

A regionalização na América Latina passou por experiências as mais diversas. Foram inúmeros os estudos que trataram esta matéria, produzidos pela Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL e pelos institutos de pesquisa que se proliferaram ao longo dos anos para tentar oferecer alternativas de desenvolvimento para a região como um todo ou mesmo peculiarmente a esta ou àquela área.

Entre tantos institutos, alguns criados para contrapor idéias definidas, mais pelos intelectuais que constituíam o corpo pensante desses organismos, diga-se, do que combater a própria entidade, estão: (1) o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que congregava pensadores das mais variadas tendências ideológicas, órgão patrocinado pelo Ministério da Educação do Brasil e extinto em 1985, cuja contribuição notável sobre a realidade brasileira até hoje é reconhecida. Coube ao ISEB traçar as linhas básicas do Plano de Metas do Governo do Presidente J. Kubitschek de Oliveira – 1955/60, onde a educação foi contemplada apenas com o essencial, dando prioridade a outros setores como a infra-estrutura, a industrialização, a implantação do pólo automotivo e a mudança da capital para Brasília. Neste período, o país retorna à fase de exportação, tendo como carro-chefe novamente o café, quando o estado do Paraná desponta como maior produtor brasileiro desta cultura agrícola (FURTADO, 1955); ressalte-se que este plano foi fundamentado nas idéias apregoadas pelo modelo estruturalista cepalino;

(2) O Centro de Integração e Desenvolvimento Econômico e Social – CIDES, com sede em Buenos Aires, Argentina, órgão patrocinado pela Organização dos Estados Americanos – OEA, que realizou incursões temáticas na área de sua especialidade em vários países da América Latina;

(3) A FGV – Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, com seus Centros especializados, nas áreas da economia – basicamente no cálculo das Contas Nacionais, da política e da administração;

(4) O CEBRAP – Centro Brasileiro de Análises e Pesquisas, em São Paulo, que nasceu em uma época difícil para a intelectualidade brasileira e agasalhou inúmeros professores e intelectuais marginalizados em suas instituições de origem, quando do endurecimento do período militar (1967) que vingou no Brasil entre 1964 até o início dos anos oitenta, tornando-se o instituto crítico à

nova ordem estabelecida. Centros de estudos e pesquisas, espalhados em várias instituições de ensino superior, como (5) a Fundação FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP – Universidade de São Paulo, que na área econômica disputava a primazia do método de cálculo não apenas das Contas Nacionais mas dos índices do custo de vida, utilizando os princípios econômicos fundamentados na Escola de Chicago como modelo, ou seja, o Monetarismo Ortodoxo, cujo expoente é Milton Friedman, Prêmio Nobel de Economia. Em contraposição à Escola Monetarista Ortodoxa, defendida pelos docentes da USP, (6) a UNICAMP – Universidade de Campinas, faz renascer a Escola Estruturalista (leia-se Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL) no Departamento de Economia, sustentada no primado da ideologia defendida pelo grupo cepalino, extrapolando a aplicação desta idéia para outros departamentos da instituição, como o Departamento de Sociologia e Política, o Departamento de Antropologia e o Departamento de Educação. Contudo a preocupação maior por parte desses departamentos em analisar as questões da economia basicamente, o problema político foi focado em vários trabalhos e estudos apresentados pelos institutos, salientando-se os de esquerda, tendo até agasalhado no caso do Brasil, “*brasilianistas*” – isto é, especialistas nas matérias, a maioria professores de universidades americanas, que pesquisaram também o processo político nacional dos países latino-americanos – os “*mexicanistas*”, os “*peruanistas*”, enfim, os “*latino-americanistas*” – que passavam por uma fase de autoritarismo, cuja extensa bibliografia demonstra esta preocupação. No caso da educação, é possibilitada a esta, exprimir seus pensamentos com liberdade vigiada e tentar, com coragem e ousadia, seguir os caminhos de transformação necessários em algumas áreas conflituosas não só do Brasil como da América do Sul. Este fato, no caso

brasileiro, permitiu o surgimento de publicações (Universidade e Educação, ANPED-ANDE - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação-Associação Nacional de Educação; EDUCAÇÃO da Faculdade de Educação da PUCRS; Educação Brasileira, CRUB; Estudos e Debates, CRUB), produto de pesquisas, grande parte delas apresentadas em seminários, congressos e encontros, onde se denunciava a má qualidade do ensino principalmente quando os Ministérios “não faziam acontecer” (in CASTRO, 1994, p. 35), avaliando inclusive o atrelamento das reformas educacionais aos interesses das classes econômicas (HORTA, 1982; CASTRO, 1994).

Na década de setenta, a presença de especialistas, - principalmente - americanos, contando com o patrocínio basicamente da Fundação Ford, pesquisadores e professores de Universidades de quase todas as regiões dos Estados Unidos, se embrenharam pelo território acadêmico, continuando por muitos anos a desvendar a realidade latino-americana em todas as suas facetas. Na medida em que o continente se tornava uma espécie de “barril de pólvora”, dada a ameaça política das esquerdas, muitos investimentos foram realizados, mais no sentido de minimizar os atritos provenientes da crônica situação de pobreza que se encontrava a Ibero-América.

## 1.1 Sobre a evolução da integração regional na América Latina

A tentativa de união de interesses na América Latina é demonstrada desde o século passado. Em 1823, a Conferência do Panamá já consagrava o desejo de integração política, econômica e cultural do hemisfério. Os países que constituem o contexto geral da América do Sul, sempre dependeram de mercados externos para vender seus produtos, na grande maioria *in natura*, uma vez, que a industrialização só viria a se iniciar efetivamente após cerca de 400 anos de um modelo econômico voltado para fora, e dependente da importação de manufaturados. As dualidades internas eram o reflexo das dicotomias externas, uma vez que as áreas de produção de produtos agrícolas excedentários e de minérios nobres que as nações ricas dependiam, não se encontravam regionalmente próximas, o que significa dizer, que os pólos produtivos de duração centenária alguns, se estabeleciam conforme as condições primárias de produção e as oportunidades competitivas (JAGUARIBE, 1971).

Pode-se estabelecer um quadro geral onde alguns autores chamam de fase e outros de modelo histórico de desenvolvimento para a América Latina (FURTADO, 1961; PINTO e FREDES, 1974; SUNKEL e PAZ, 1970; AGARWALA e SINGH, 1963), e firmar um critério cronológico aproximado de 400 anos de economia voltada para fora. Neste dilatado período foi quando predominaram as exportações de produtos primários como o açúcar, minerais, trigo, carnes, café, madeira e produtos tropicais e nos últimos 70 anos, sedimentou-se a ordem econômica na modalidade da industrialização substitutiva de importações, esta última fase, irreversível a partir dos anos trinta, notadamente para os países que

se lançaram no modelo industrializante entre os quais se salientam a Argentina e o Brasil.

As distâncias econômicas, notadamente os fatores capital tecnológico e mão-de-obra qualificada, e as constantes crises políticas que se davam periodicamente em vários pontos do continente, além da má distribuição desigual da riqueza, separavam os países do mundo ibero-americano com os do norte do planeta. Estes fatos impediram de um lado, o crescimento de um mercado interno dinâmico e via de conseqüência, de outro lado, a inserção de cada um dos países na dinâmica do comércio internacional. Vale dizer que para a concretização de uma unidade econômica, política e cultural em uma fronteira de, aproximadamente, 21 milhões de quilômetros quadrados, inserida na diversidade cultural e comportamental, muitos decênios foram necessários para a tentativa clara em objetivar medidas que pudessem realizar o velho sonho de integração dos povos latino-americanos.

Medidas foram tomadas pelos países, algumas vezes com a drasticidade necessária para que a industrialização não viesse a fenecer frente aos obstáculos externos e internos, tentando-se a cada plano aplicado, principalmente após a Segunda Grande Guerra, dotar a economia de mecanismos corretivos que pudessem fazer frente à concorrência internacional.

No exemplo das nações ricas, e por iniciativa da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, foi realizado um esforço contínuo e diria "pedagógico", no sentido de criar grupos que viessem a dominar as técnicas do planejamento voltado ao desenvolvimento. Os Cursos de Capacitação em Problemas de Desenvolvimento Econômico e com ênfase às Técnicas de

Planejamento, patrocinados pela Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, com a colaboração de alguns governos da América Latina, foram os responsáveis por um período que se inicia nos finais dos anos quarenta e início dos cinquenta, estendendo-se por muitas décadas, deixando sua marca até os nossos dias. Foi a idéia-força da CEPAL, que trouxe uma contribuição efetiva, ao lado de outros institutos de estudos e pesquisas como o Centro Latino Americano de Demografia - CELADE, o Centro de Integração e Desenvolvimento Econômico e Social - CIDES, a Fundação Torquato Di Tella da Argentina, e tantos mais espalhados dentro e fora das academias, patrocinados tanto por entidades governamentais e internacionais, como pela livre iniciativa. Pode-se reafirmar que a partir dos anos sessenta, os currículos dos Cursos de Ciências Econômicas, Ciências Sociais e afins, passaram a incluir disciplinas antes desconhecidas, e representam até hoje, o instrumental básico para melhor conhecer as realidades sócio-econômico-culturais do continente.

O empenho pela integração regional da América Latina se perde por alguns decênios, que antecedem a formulação do bloco MERCOSUL. Vem da época da independência dos países, que por razões ideológicas, tentaram integrar-se ao longo do tempo, sendo infrutíferas as tentativas de seus líderes. Simon Bolívar, sonhou com uma América Latina com países maiores e menos retalhada. Infelizmente, o ideário bolivariano perdeu-se no caudal da história. Em época recente, como que revivendo esta idéia-força e buscando respostas de caráter continental para a defesa dos interesses comuns que envolviam os países latino-americanos, uma nova dinâmica passou a vigir entre estes países, uma vez que vinham sendo prejudicados pelas condições impostas pelas nações ricas,

quanto aos termos de intercâmbio no mercado externo (DONGHI, 1974; FURTADO, 1961).

Objetivando construir um mercado comum, intencionalmente para livrar ou melhor disciplinar barreiras alfandegárias entre os países-membros, em 1960, criou-se a Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC, constituída, inicialmente, por 7 (sete) países que firmaram o seu estatuto. Iniciativa que não se concretizou como seus signatários esperavam, pois, foi obstaculizada pela magnitude regional desta entidade associativa. Outros países se integraram perfazendo um total de 11 (onze), não tomando parte o Suriname, a Guiana e o México. Neste contexto, foram firmados inúmeros acordos de cooperação.

Uma pequena síntese, demonstra o interesse de países com economias mais sólidas em firmar todos os tipos de convenção, onde se observa mais a atuação de atores em um cenário geo-político regional.

Em 1974, a Argentina e o Uruguai, firmam a Convenção de Complementaridade Econômica - CAUCE. Em 1975, cabe ao Brasil e ao Uruguai, assinar o Protocolo de Expansão Comercial - PEC.

Perseguindo os mesmos objetivos, outros organismos regionais se concretizaram com o mesmo intuito, como o Mercado Comum Centro-Americano - MCCA (1961), que alinhou Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica, sendo que este último, com estabilidade política invejável, conseguiu manter-se o líder deste bloco, que com o tempo perdeu substância, considerando os inúmeros conflitos de caráter ideológico e bélicos que envolveram muitos dos países integrados ao bloco. Seguem-se o grupo da Grã-Colômbia, integrado por

Venezuela, Colômbia e Equador. O Pacto Andino - PA (1969), que veio a ser criado, mais tarde, por razões de conquista de mercados preferenciais, e aproveitando a chance dada pelos Estados Unidos em um período de abertura comercial, tendo como participantes a Venezuela, a Colômbia, o Equador, o Peru e a Bolívia, com o Chile afastando-se em 1973.

Em 1980, a Associação Latino Americana de Integração - ALADI, passa a ocupar o lugar da ALALC, com a assinatura do Tratado de Montevideo. A ALADI preocupou-se mais com o incremento das relações comerciais entre os países signatários e tratou de rever as normas expedidas pelo Acordo Geral de Comércio e Tarifas - GATT, substituído recentemente pela Organização Mundial de Comércio - OMC, resultante da Rodada Uruguai.

A ALADI tinha como proposta básica criar um mercado comum latino-americano, dando ênfase a Acordos Bilaterais, tendo sido firmados 32 Acordos, ligados ao Intercâmbio Internacional, entre 1982 e 1995.

A instituição de um organismo que integrava as regiões banhadas pelo Rio da Prata e seus afluentes, nos anos sessenta, e os estudos resultantes dessa iniciativa, já anunciavam uma possível integração, que permitiu a criação da ALALC, da ALADI, citadas anteriormente. A grande preocupação da Comissão da Bacia do Rio da Prata, foi conhecer as realidades sócio-econômicas, cujo estudo básico foi confiado à SAGMACS - Sociedade de Artes Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, do Grupo Economia e Humanismo, liderada pelo Padre Le Bret, estudo esse que objetivou um melhor conhecimento da integração infra-estrutural da Bacia, voltada ao binômio Energia-Transporte e suas conseqüentes ligações de incentivo à agricultura e ao complexo industrial. Vivia-

se a Era da irreversibilidade do modelo de industrialização substitutiva de importações, iniciado décadas antes, defendido pela filosofia cepalina e que se esgotava exatamente nos anos sessenta.

Estes poucos fatos demonstram que a questão da integração sempre esteve ligada ao pensamento latino-americano que, reconheça-se, nunca olvidou sua diversidade cultural, e via de conseqüência, devido a este fato relevante, sempre procurou ultrapassar os obstáculos da integração, com alguns avanços lentos no passado. Nem mesmo pode-se afirmar que tenha se criado uma **ideologia da integração**, como ocorreu com a **ideologia do desenvolvimento** (SUNKEL, 1970), com vistas a se sobrepor às mazelas do sistema e tirar, ou melhor, tentar tirar o maior número de pessoas da pobreza crônica em que se encontravam (JAGUARIBE, 1976).

Em 1982, outros Acordos de Complementaridade Econômica - ACE 1 e ACE 2, envolvem a Argentina e o Uruguai, e o Brasil e o Uruguai, respectivamente. Em 1985, ocorre o Ato de Colônia. Ainda neste ano, o Brasil e a Argentina preocupados com a questão energética e após a inauguração e funcionamento das primeiras turbinas da Usina de Itaipú, firmam a Declaração Conjunta de Política Nuclear, denominada Declaração de Iguazu. No ano de 1986, é assinado o Ato de Integração Argentina-Brasil - Programa de Integração e Cooperação Econômica - PICAB e o Ato de Amizade Argentino-Brasileiro - "Democracia, Paz e Desenvolvimento" (BASSO, 1995).

Levados por fatores que permitissem um tratamento conjunto dos problemas que assolavam os países latino-americanos, durante os anos oitenta,

buscaram uma atenção especial para dois pontos altamente preocupantes: a questão da América Central e a Dívida Externa.

Quanto à Dívida Externa, a Conferência de Cartagena, convocada pelo México, Brasil, Colômbia e Argentina, levou os latino-americanos a se fazerem presentes junto à comunidade internacional, e a chamar a atenção para as conseqüências políticas e sociais do continente. No tocante à América Central, por iniciativa do México, Colômbia, Venezuela e Panamá, propondo-se como mediadores, reuniram-se estes países em Conferência na Ilha de Contadora, no intuito de dirimir os conflitos que emergiam na região. Como as propostas tiveram eco mundial, a adesão de Brasil, Argentina, Peru, Uruguai, constituiu-se em Grupo de Apoio a Contadora. Graças ao apoio destes países, os Estados Unidos se sentiram obrigados a apoiar o Grupo, ainda que este não fosse aceito pelos signatários da Conferência. Assim mesmo, serviram de base para negociar o fim das hostilidades que, generalizadamente, ocorriam na região.

Seguindo as agendas que envolveram a tríade de países do Cone Sul, em 1987 é firmado o Ato de Montevideo entre a Argentina e o Uruguai; em 1988, envolvendo a Argentina o Brasil e o Uruguai, estes países assinam o Tratado Tripartite 1; ainda em 1988, a Argentina e o Brasil, assinam o Tratado de Integração, de Cooperação e Desenvolvimento; neste mesmo ano, são firmados os Tratados Tripartites 2 e 3 e no ano seguinte, o de número 4. Em 1990, Argentina e Brasil assinam o Comunicado Conjunto sobre a Integração, o Ato de Buenos Aires e o Acordo de Complementaridade - ACE 14.

Nota-se, pelo exposto, que os blocos se constituem mais para garantir os interesses econômicos dos países que os compõem, ficando as questões educacionais para outra esfera de consideração.

## MAPA 1



## 1.2. Sobre a configuração atual da integração regional da América do Sul : o caso do Mercosul

Um esboço histórico de como se configura o sistema regional Sul Americano, situa a criação do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, oficialmente, com a assinatura do Tratado de Assunção, em março de 1991. Presentes ao ato os Presidentes Menem, Collor, Rodrigues e Lacalle, respectivamente, representantes oficiais de seus países, a República da Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai. O Tratado só passou a vigor aos 29 de novembro de 1991, haja vista que a Argentina e o Brasil só vieram a depositar os documentos de ratificação, conforme previsto, meses mais tarde à reunião inicial, uma vez que dependiam de aprovação por parte dos Congressos Federais de cada País-Parte (MERCOSUL: Textos Básicos).

Segundo documentação oficial divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e pelos órgãos ligados ao Congresso Nacional Brasileiro, pode-se entender a abordagem histórica no que tange ao MERCOSUL, somente após a assinatura do Tratado de Assunção em 1991 e em finais do mesmo ano, retificado e ratificado pelo protocolo de Brasília, com o documento Resolução de Divergências. Continuando a pauta de negociações, os representantes dos Países-Partes reuniram-se em 1994, firmando o Cronograma de *Las Leñas* onde se comprometeram a impulsionar as negociações, fixar as metas, definindo prazos a serem atingidos com vistas à consolidação do bloco.

Em 1994, concluído o período de transição, ajustaram-se formalmente as resoluções tratadas, em Ouro Preto, quando foi firmado o Protocolo da Implantação Aduaneira e Institucionalização Definitiva. No ano seguinte, em 1995, estabelecem-se as normas de uma nova etapa, que fundamenta a Zona de Livre Comércio e a União Aduaneira. O ano de 2001, prevê a consolidação da União Aduaneira e do bloco econômico com a implantação da Tarifa Externa Comum - TEC.

A estrutura do MERCOSUL está constituída pelo Conselho do Mercado Comum - CMC, que está incumbido de proceder a integração e tomar decisões, cuidando pelo bom desempenho das cláusulas que fundamentam o Tratado de Assunção. Segue-se o Grupo do Mercado Comum - GMC, que desempenha funções executivas. A Comissão de Comércio do MERCOSUL - CCM, prestador de serviços ao grupo anterior, com a função de velar pela aplicação dos instrumentos de política comercial comum. O órgão político representativo é a Comissão Parlamentar Conjunta - CPC, que congrega os parlamentares dos Países Membros. A representatividade dos setores econômicos e sociais, está a cargo do Fórum Consultivo Econômico Social - FCES. O apoio operacional ao bloco é exercido pela Secretaria Administrativa do MERCOSUL - SAM.

### QUADRO III – Indicadores Geo-Sócio-Econômicos dos Países do MERCOSUL, 1996

Indicadores dos Países do Bloco - inclusive o Chile					
Indicadores Países	1.000 km <sup>2</sup> Superfície	Milhões População	Densidade hab/km <sup>2</sup>	Expectativa de vida	U\$ PIB/hab
<b>Argentina</b>	2.767	35.	12.6	72.7	7.770
<b>Brasil</b>	8.512	164.	19.3	67.0	3.620
<b>Paraguai</b>	407	5.1	12.5	67.6	1.650
<b>Uruguai</b>	176	3.2	18.2	75.3	5.100
<b>Sub-total</b>	12.062	207.3			4.535
<b>Chile</b>	757	14.5	19.1	72.4	3.960
<b>Total</b>	12.819	221.8			4.420

Fonte: Le Monde, Bilan du Monde, Paris, Edition 1997.

O quadro III reúne um conjunto de indicadores de base geográfica, econômica e social da região que integra os países do MERCOSUL, inclusive o Chile, país de expectativa de inclusão ao Bloco em futuro próximo. Neste panorama nota-se a dicotomia existente entre os vários países que integram o Bloco regional até o momento. Um dos fatores de alta significação está na dimensão dos territórios, onde o Brasil desponta com cerca de 71 % do total da área, seguido pela República da Argentina com 23 %. No tocante à população, o Brasil lidera com 79 %, a Argentina com 17 % (observe-se que este país sempre manteve um equilíbrio quanto ao crescimento de sua população, por fatores econômicos que remontam ao início do século e apontado como uma das dez maiores economias do mundo nos anos quarenta), e o Paraguai e o Uruguai com

os 4 % restantes. Contudo a grandeza do território brasileiro comparado com a população, a distância que separa este país da Argentina em relação a densidade demográfica é de 7,1 habitantes por quilômetro quadrado. A densidade paraguaia é praticamente igual à da Argentina e a do Uruguai se aproxima da brasileira. Considerando as disparidades sócio-econômicas e geográficas que compõem o cenário brasileiro em conjunto, com todas as suas dicotomias regionais e via de conseqüência, estruturais, o Brasil se apresenta com a menor esperança de vida média do Bloco, tendo melhorado sensivelmente nas últimas décadas, conforme informações divulgadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Tabulações Avançadas dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991). Na medida em que a população cresce a uma taxa mais elevada do que a produção econômica, a renda média per-capita tende a diminuir. Existem disparidades econômicas no bloco MERCOSUL, haja vista, que nem sempre a renda per-capita, é um fator de crescimento das economias em geral, conforme SUNKEL; PAZ (1970); ROSTOW (1974); PEPELISIS; MEARS; ADELMAN (1961); MYRDAL (1959). A demonstração de que a renda nacional *per-capita* da Argentina é maior do que o dobro da renda brasileira, não significa dizer que a economia daquele país esteja em melhores condições de equilíbrio global. Entende-se que o Produto Interno Bruto - PIB de uma nação pode refletir o grau de seu crescimento, necessariamente não do seu desenvolvimento. E, quando se trata de avaliar economias tão distantes como as que compõem o bloco MERCOSUL, mister se faz conhecer qual é a distribuição da renda que estes países apresentam. Trata-se de um componente estrutural, quando se relaciona a renda com um indicativo de ordem social, neste caso, a educação.

É notório que a melhor educação é patrocinada pelos países de maior renda, onde a distribuição do excedente econômico foi efetivado com medidas de ordem política tais como, (1) o cumprimento da obrigatoriedade de freqüência no ensino básico, (2) uma grande participação da população escolar no ensino técnico de nível médio e um (3) investimento de larga escala no ensino superior. (Ver Indicadores Educacionais no MERCOSUL, no Quadro VI, Capítulo 3).

### **1.3. Sobre o sentido da formação de blocos regionais frente à globalização**

É definitiva a formação de blocos no mundo moderno, por mais que persista uma divisão de povos. Os exemplos estão demonstrando que a unidade inter-países, refletirá uma sociedade global em seu significado mais amplo. Notável, historicamente, é instabilidade do sistema ibero-americano (DONGHI, 1974). Produto de lutas internas, que precederam a própria independência, os povos latinos estão procurando encontrar, quem sabe, uma espécie de controle político que venha a assegurar o equilíbrio entre as nações do continente. Os períodos históricos nos demonstram que nunca a América Latina esteve tão próxima de uma estabilização política. Em que pese alguns efeitos contraditórios nas relações entre países no passado, atualmente o que se observa, é o caminho da negociação, utilizando-se para tanto, uma diplomacia menos agressiva, mais voltada à questão dos negócios, no sentido de uma garantia de estabilização a longo prazo e na busca da identidade global.

A regionalização passou a ser um fenômeno globalizado, uma quase-ideologia, no sentido de idéia-força. Segundo HANNAH ARENDT a ideologia está

representada na "... explicação integral ... pela aplicação de uma única idéia aos vários aspectos da realidade" (in Dicionário de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas - FGV, 1987, citada em *Totalitarianism*, 1954).

Pelo que se observa, a indicação leva a entender a regionalização relacionada na idéia da globalidade econômica, com tendências a se tomar uma doutrina no sentido de "princípio, de uma linha de conduta" ou guia que venha a orientar "as relações com os homens ou com as coisas" (in Dicionário de Ciências Sociais, FGV, 1987). Na formação de blocos definidos pelas bases do sistema capitalista, a regionalização em blocos, onde prevalece a economia dual e inconsistente, pode correr o risco de não vir a se concretizar; porém, ocorrerá sem dúvida, quando mecanismos implantados permitam o controle da nova acumulação de excedente, ou seja, o novo regime de acumulação, resultado do aumento do produto, face as novas transações regionais que o grupo veio a intensificar. Outro perigo está em seguir as regras previstas pelos institutos oficiais reguladores da economia internacional, que extravasam a própria região, posicionados politicamente acima dos interesses específicos dos novos blocos, tais como o GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, substituído pela OMC - Organização Mundial do Comércio, criado após reuniões sucessivas desenvolvidas pelos países partícipes da denominada Rodada Uruguai, organismo este, que opera como uma espécie de polícia do sistema comercial do planeta; ou mesmo, a UNCTAD - Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento. Estes organismos jogam com os interesses maiores da economia planetária, dominada por grandes corporações que, por sua vez, controlam a maior parte das tecnologias mundiais. Regras internacionais deverão

ser seguidas, entretanto, muitas delas, e os exemplos aí estão, são perversas para a economia de países de menor escala competitiva, o que vale dizer, que estes países, com muita dificuldade, poderão suportar as imposições internacionais de blocos de maior potencialidade. Este fato pode gerar endogenamente nos países que integram regiões e mesmo na unidade do bloco, maior gravame dos problemas sociais crônicos que se mantêm em algumas regiões e que poderão alimentar as diferenças existentes nas várias camadas sócio-econômicas, e, conseqüentemente, com reflexos profundos no sistema educacional.

A discussão sobre as vantagens e as desvantagens da globalização estão expressas em inúmeras obras de autores das mais diversas tendências e analisadas conforme suas experiências, seus pontos de vista e observações do cotidiano. Nesta trilha, FRIEDMAN & LEBART (1991), explicitam as várias guerras travadas entre o Japão e os Estados Unidos, antes mesmo de um estado declaratório de guerra após 1941 (Segunda Grande Guerra - 1940-45), que derrotou o país do Sol Nascente e que se soergueu em pouco mais de uma geração, tornando-se a segunda potência mundial nos anos noventa. Para dirimir as competitividades ocasionadas por possíveis guerras futuras - econômicas principalmente -, nasce a APEC - Associação de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico, a ser ativada no início do terceiro milênio e com uma potencialidade produtiva e de trocas na ordem de mais de 13 trilhões de dólares/ano; FUKUYAMA (1992), coloca em "O Fim da História e o Último homem", a "Fraqueza dos Estados Fortes" com a abertura dada à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas por Korbachev a partir de 1985, transformando um estado totalitário, a Comunidade de Estados Independentes e outros estados dependentes da União das

Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS, em nações politicamente independentes, com o gravame destas continuarem a depender economicamente do Estado Forte que as antecedeu. No rastro da doutrina nacionalista, o mesmo autor refere-se aos totalitarismos menores como a Espanha e Portugal, países que, após se democratizarem, passaram a integrar uma comunidade sólida como a União Européia, tendo de passar por um processo de adaptação à uma nova modalidade de direito para poderem fazer parte do contexto europeu e internacional; JAGUARIBE et al (1986) em Relatório apresentado ao Poder Executivo do Brasil, põem às claras as medidas que o país deverá seguir até o limiar do fim do século, para atingir pelo menos, os indicadores de nações cuja potencialidade econômica estão bem abaixo da realidade brasileira (cita a Grécia como exemplo), indicando os caminhos da integração regional; KRUGMAN (1997) não foge à regra dos conceitos econômicos básicos, mas inova quando desafia grande parte dos pensadores com a idéia de que blocos nascem para favorecer vizinhos, dando um alerta aos países menores de medidas que devem seguir para não serem engolidos por outros blocos constituídos por países mais poderosos; LEWIS, KALLAB et al (1986), alertam para as ajudas internacionais, cujos expedientes utilizados por organismos nem sempre governamentais, levam muitas regiões do mundo a aceitar os novos modelos, alguns mitificados, incitando à "... reconsiderar as estratégias de desenvolvimento..."; OHMAE (1985, 1990 e 1995) torna claro em o "Poder da Tríade", leia-se Estados Unidos-Alemanha-Japão, seguindo para "Um Mundo sem Fronteiras", onde define "o poder e a estratégia em uma economia global", vaticinando nos "novos mecanismos de prosperidade que estão reformulando os mercados globais" o "fim do Estado Nação"; SPERO (1985), apresenta a necessidade de "*lincagem* entre a economia e a política" como

elo de ligação que defina melhor as relações entre o Norte e o Sul e a ajuda que deve ser transferida para um equilíbrio que leve a uma “nova ordem econômica internacional”; THURLOW (1991,1996) extrapola a batalha econômica entre os grandes, já enunciados na tríade de OHMAE (Japão, Europa — como uma única unidade — e Estados Unidos), defendendo a educação como a “arma secreta” e a dinâmica por excelência que pode levar à conquista de mercados globais com competitividade; TOFFLER et al (1974 e 1990), alerta para “escolas do futuro” e para “as mudanças do poder” que deverão ocorrer no século XXI.

Seguindo alguns raciocínios, entende-se que: (1) a globalização pode tirar o poder de barganha no cenário político internacional de um Estado Nacional, na medida em que este abre as suas fronteiras para a entrada e a saída de capitais, por um lado, e, por outro, sabe-se que muitos deles que hoje integram blocos, sempre foram protecionistas de suas moedas convertidas na moeda padrão internacional em vigência (entenda-se Libra substituída pelo Dólar Americano, quando da substituição da hegemonia inglesa pela americana); (2) a lógica do bloco é uma maior expansão de bens e serviços, acomodando internamente alguns com medidas protecionistas; (3) quanto às empresas multinacionais, a tendência é que elas venham a se globalizar muito mais, influenciando nas decisões soberanas dos Estados. Aqui não se trata de colocar o papel de uma Área de Livre Comércio. Nesta, as decisões e os acordos são bilaterais. No Mercado Comum, a amplitude é maior, pois permite um trânsito que não inclui somente mercadorias, mas indivíduos, além dos fatores produtivos e seu produto.

A comparação entre blocos reflete a importância de cada um, quando se tem a medida de seus indicadores, como segue:

A União Européia , entenda-se, o bloco por excelência, com alguns anos de experiência, corrigindo seus próprios erros, representa hoje, 8,3 trilhões de dólares de produto, salientando-se a Alemanha com 2,4 trilhões, a França com 1,5 trilhões, o Reino Unido com 1,1 trilhão e a Itália com 1,0 trilhão. Quanto a população, estima-se cerca de 371 milhões de habitantes, que tem uma renda nacional per-cápita média de 21.832 dólares. Neste item, destaca-se o Luxemburgo com mais de 40.000 dólares/ano, a Alemanha com 27.510 dólares/ano e a Áustria - país recém egresso com cerca de 26.890 dólares/ano. O país da União Européia - UE que se apresenta com menor renda nacional per-cápita é Portugal com 9.540 dólares/ano, portanto o dobro da média do MERCOSUL.

O NAFTA, constituído por 3 países (Estados Unidos, Canadá e México), distantes um do outro por tamanhos de economia díspares, conta com mais de 8 trilhões de dólares de PIB, uma renda média per-cápita de 18.000 dólares e uma população beirando os 390 milhões de pessoas.

O MERCOSUL por sua vez, se apresenta com um PIB de 994,5 bilhões de dólares, uma população de 202 milhões de pessoas e uma renda nacional *per-cápita* média de 4.632 dólares/ano.

Em que pese as diferenças que separam os países que integram o bloco MERCOSUL, conforme os indicadores traduzem, pode-se acreditar em seu sucesso, uma vez estarem todos os países envolvidos em uma nova etapa e conquista coletiva. Tal significa dizer que, por mais que a concorrência possa prevalecer sobre a razão dos homens, os países do Cone Sul estão dispostos a romper com qualquer barreira que venha impedir o atingimento a bom termo dos

propósitos firmados em seus tratados e acordos. O que o bloco mais deseja, é criar um mercado comum, livre de barreiras de toda a ordem, para que um “novo mundo” possa vir a satisfazer a maioria das populações destes países.

SCHAPOSNIK (1997), ao avaliar as três décadas de integração ensaiada pelos países latino-americanos, ratificou a conclusão de outros teóricos e de outros setores dirigentes de que a regionalização desse continente constitui a única forma de neutralizar a transnacionalização da economia e da cultura deflagrada a partir dos centros de poder mundial.

Desta forma, quando foram apresentados alguns questionamentos no capítulo introdutório desta dissertação que indagavam o quanto pode a integração caminhar para uma efetiva participação do processo educativo, foi citada a prática de uma pedagogia integradora, que faça acontecer, com a aplicação de políticas sociais que venham eliminar as distorções existentes na área do Bloco MERCOSUL.

Uma regionalização bem intencionada, isto é, respaldada por um posicionamento ideológico que transcenda os interesses econômicos de minorias, poderia proporcionar efeitos de repercussão social tão abrangentes quanto pertinentes redundando, segundo aquele Autor, em:

- aumento da capacidade produtiva, da produtividade, do poder de concorrência, etc;
- adiantamento do processo de industrialização com a possibilidade da aproximação dos níveis tecnológicos do mundo desenvolvido;

- viabilização econômica dos países menores;
- superação da desunião provocada pela parcialização ideológica, cultural e econômica frente a um mercado unificado e inspirado por grandes concepções;
- preservação da democracia como bem-comum, ao criar uma nova mística e obter o alívio das tensões sociais;
- utilização racional de suas reservas monetárias externas, frente à escassez de cada reserva nacional em relação aos serviços da dívida e às necessidades de importação;
- possibilidade de realizar pressão internacional pelo abastecimento de matérias-primas consideradas estratégicas;
- possibilidade de defesa dos preços de seus produtos no mercado mundial;
- constituição de uma forma eficaz de levar adiante a relação com os Estados Unidos, cuja permanência e predomínio na região não podem ser ignorados;
- aumento das defesas e conseqüente diminuição da vulnerabilidade externa (SCHAPOSNIK, 1997: 155-6).

As razões subjacentes a uma integração considerada mais atraente, porque voltada à unidade dos povos, incluiriam, ainda segundo SCHAPOSNIK (1997), conseqüências tais como:

- combate à deterioração na relação real do termos de intercâmbio provocados pelo fechamento de mercados, obstáculos tarifários e administrativos, *dumping* e outros subsídios perniciosos;
- melhores condições de enfrentamento aos problemas derivados do endividamento;
- melhoria do comércio intra-sazonal;
- superação da escassa dimensão dos mercados;
- coordenação e atingimento de um desenvolvimento auto-sustentável;
- aumento do nível ocupacional acima dos índices de crescimento da população ativa com elevação das condições de vida dos setores com rendas mínimas;
- superação da estagnação sofrida pelo processo de industrialização e obtenção de uma melhor negociação internacional; exportação de produtos com maior valor acrescentado;
- nacionalização e aumento dos investimentos e da produtividade;
- produção de tecnologia adequada às necessidades básicas de nossa população e em níveis tais que contemplem a mutação sofrida nos últimos anos e a que se está produzindo. Regulação do mercado da tecnologia;

- neutralização máxima do poder econômico e político das corporações transnacionais e dos grupos oligárquicos internos que têm impedido o desenvolvimento;
- melhoria das pautas de distribuição da riqueza;
- tratamento ordinário do investimento estrangeiro, evitando - concorrência na sua instalação, entre os países;
- utilização do poder de compra estatal e das empresas públicas para interferir na programação do desenvolvimento;
- criação de mecanismos multilaterais de pagamentos externos. cancelamento por via múltipla de saldos bilaterais;
- organização comum de mecanismos de promoção comercial, pré-financiamentos e financiamento de exportações, etc. ;
- criação de uma moeda única para intercâmbios regionais;
- inserção, em melhores condições, no esquema internacional;
- formulação de novos esquemas para confeccionar o modelo de desenvolvimento político, econômico, social e cultural, que seja funcional à dimensão dos países;
- melhoria da capacidade de mão-de-obra para aumentar as rendas e níveis de vida (p.156-7).

No rol de posicionamentos apresentados pelo Autor, a temática educacional está inserida de maneira geral, já que a inter-relação no processo de integração

regional deve ser efetivada via políticas globais e conseqüentemente pela aplicação de mecanismos transformadores da realidade social.

Ora, discutir o sentido da formação do MERCOSUL, ainda que se reconheça a oportunidade do viés econômico-comercial que o inspirou, implica em considerar outra ordem de motivações que podem justificar um processo de integração, igualmente levantada por SCHAPOSNIK (1997). Elas seriam as mesmas identificadas por DEUTSCH (s.d.), quando analisou o processo de integração européia: as motivações que levaram os europeus ao processo de integração derivaram, basicamente, da esperança de alcançar "maiores direitos e liberdades individuais, maiores direitos econômicos e sociais, maiores oportunidades e bem-estar, expectativas de benefícios e defesa de um sistema de vida que fosse comum a todos os países"(p. 157-8).

Quer, o Autor, aduzir outras implicações político-sociais ao processo de integração que se está forjando no âmbito do MERCOSUL, dando alternativas ao modelo que se restringe, no momento, a desenvolver economias de escala e aumentar a eficiência industrial, aproveitando as vantagens da situação geográfica e de especialização, e alcançando outros dois efeitos de transação internacional; quais sejam: a redução da vulnerabilidade externa das economias subdesenvolvidas e o incremento de sua capacidade de negociação (p.158).

Portanto, se há motivações convergentes entre os dois processos de integração européia e do MERCOSUL, haverá, também e necessariamente, uma peculiaridade de fins, face a características da sociedade sul-americana: indústria e tecnologia limitadas, preços e custo de produção muito altos, intervenção estatal distinta em grau e forma, relativa participação social, etc. (p. 157-8).

## 2. O INTERCÂMBIO INTERNACIONAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Tal como vimos introduzindo, os anos noventa vêm sendo marcados por uma preocupação crescente quanto à formação política de megablocos, criando sistemas que envolvem tanto as áreas da economia quanto as relações internacionais mais aproximadas em outros conjuntos. Este fato leva à idéia da sustentação no futuro, hoje apenas como proposta, de uma provável internacionalização do sistema educacional em âmbito universitário (MOROSINI, 1994).

Ou seja, o intercâmbio educacional passa a se inserir em uma perspectiva de caráter político ampla dentro de um cenário de integração mundial. Para se ter uma visão possível deste quadro, observe-se o que a União Européia, mediante reuniões sistematizadas entre Ministros da Educação vem propondo diretivas no sentido de uma progressiva unidade efetiva para o bloco europeu. Os Governos avançaram de forma gradual, preocupando-se em aperfeiçoar os intercâmbios vigentes anteriormente, ou firmados entre países, após a constituição da unidade, mantendo os requisitos estabelecidos pelos tratados que passaram a ser regidos pelo direito comunitário europeu.

O enfoque básico deste processo está vinculado às intenções e propósitos que transcendem os limites dos interesses nacionais, o que sugere uma meditação mais apurada quando da análise do problema (CERVI, 1981).

A maior preocupação da literatura internacional, especialmente entre países divididos por hemisférios ou mesmo estágios de desenvolvimento, que

incidiu sobre o intercâmbio educacional, ocorreu no decênio dos anos setenta, sob a ótica governamental.

No entanto, os efeitos que advém do intercâmbio educacional em um processo cada vez mais complexo não passa impune nas críticas dos educadores.

Os especialistas em Educação Comparada vêm trazendo a público suas contribuições no sentido do questionamento da internacionalização da educação. Este questionamento fez recrudescer a visão da questão colonialista, colocando em discussão o mérito dos acordos firmados que garantem a cooperação financeira e técnica sob a tutela das organizações internacionais em muitos casos reconhecida em seu teor intervencionista (in CERVI, 1981).

Por outro lado, outros comparatistas da educação desenvolveram metodologias de análise a partir das novas bases territoriais transnacionais (COOMBS, 1976; FURTER, 1978; CERVI, 1981, 1985, entre outros).

A evolução do intercâmbio internacional no campo da educação, portanto, deve ser descrita e analisada em seu significado político, pelo que se define este viés como objetivo da explanação no presente capítulo.

## 2.1. Sobre a evolução das relações internacionais no campo da educação

O intercâmbio internacional deve ser observado dentro de um contexto transnacional específico, cuja dinâmica se constitui como um subsistema da sociedade internacional.

Ao explorar tal especificidade, CERVI (1981; 1985), constrói uma sistemática a ser utilizada neste estudo, destacando pontos que permitem a análise do processo histórico das transações no campo da educação.

Assim, com referência à dinâmica do intercâmbio, entende este movimento como um produto de uma rede de influências, que supõe empréstimos e transações de bens, indivíduos, idéias e serviços pedagógicos, especificamente realizados entre dois ou mais agentes sociais (CERVI, 1981).

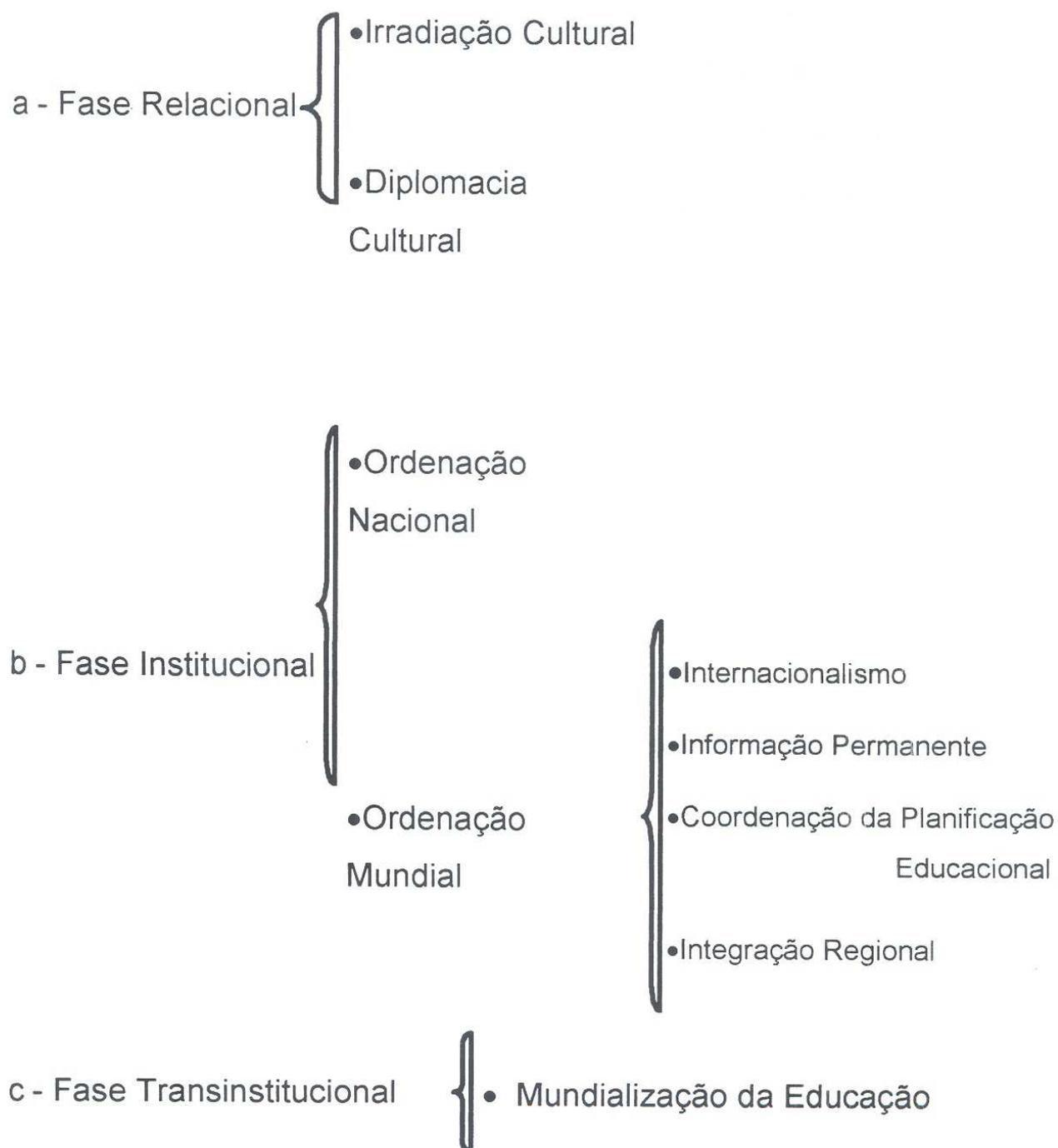
As relações internacionais, sob esta ótica, promovem um fluxo extravasa as fronteiras nacionais e incluem manifestações as mais diversas, seja por sua origem, quer pública quer privada, seja por seu conteúdo político, econômico, social, cultural ou institucional (CERVI, 1981).

Respalhada em COOMBS (1991) e WICKMAN (1973), CERVI (1981) resume as características da evolução dos sistemas educacionais escolares, influenciada por indícios de transferências, enquanto constatação:

a - virtualmente, todos os sistemas de educação fazem parte integral de um sistema mundial de educação;

- b** - do mesmo modo, a comunidade intelectual de cada país, em maior ou menor proporção, integra a comunidade mundial de intelectuais;
- c** - decorrente dessa inserção progressiva, um sistema educacional não pode ser compreendido plenamente se não estiver situado dentro de seu contexto internacional;
- d** - o intercâmbio internacional entre países é, quase sempre e em todas as partes, mutuamente beneficiado.

O fato de que o intercâmbio, tal como foi definido aqui, apresentou-se historicamente distinto em termos de conteúdos e intenções, deu oportunidade à sistematização de etapas evolutivas realizada por CERVI (1981), desdobradas conforme o diagrama a seguir.

**Diagrama: Etapas Evolutivas do Intercâmbio Pedagógico**

Na fase relacional, o intercâmbio se realiza de modo indireto, e se expressa na (1) irradiação cultural e (2) na diplomacia cultural. Em princípio o que diferencia as duas sub-fases, é a unilateralidade das relações no processo de irradiação cultural e a possibilidade de relações bilaterais no exercício da diplomacia cultural. Prevaecem em ambas as sub-fases o caráter de espontaneidade e a assistemática do intercâmbio. No caso da diplomacia cultural, os agentes que se deslocam utilizam credenciais oficialmente estatuídas e o intercâmbio assume, na maior parte das vezes, um teor propagandístico nacional. Estas duas expressões de intercâmbio internacional são históricas, isto é, tão antigas quanto antigo é o deslocamento do homem sobre a terra e permanecem até os dias de hoje pelas mesmas razões, concomitantemente a outras formas mais sistemáticas e complexas.

A fase institucional caracteriza-se como estratégia de caráter político, isto é, intencional estrita, servindo : (1) à ordenação nacional e (2) à ordenação mundial.

Na sub-fase da ordenação nacional, CERVI destaca o interesse político recíproco de conhecimento e aproveitamento das experiências institucionais inter-pares.

O mais remoto exemplo situa-se no final do século XIX, quando as nações passaram a se preocupar com a organização dos seus sistemas públicos de ensino e nomearam observadores para apreciarem e julgarem a organização escolar estrangeira, com o intuito de importar idéias novas e concepções

avançadas, aproveitando as experiências reconhecidas como de pleno êxito. Este tipo de movimentação, que Cervi denomina de *ordenação nacional*, de algum modo se complementa com o movimento de *ordenação mundial*, inaugurado após o conflito da Primeira Grande Guerra. No bojo deste segundo movimento, enquadra-se o (1) *internacionalismo*, (2) a *organização da informação permanente* (3) a *instrumentalização* e a coordenação da planificação educacional e a (4) *integração regional*.

Por fim, a última fase à qual CERVI denomina transinstitucional, traduz-se na sub-fase denominada de *mundialização da educação*.

O *internacionalismo*, que inaugurou o movimento da ordenação mundial, manifestava a tentativa de reconciliar e apaziguar os Estados envolvidos no Primeiro Grande Conflito, fazendo da solidariedade e da não discriminação nacional, a sua bandeira. Ainda segundo Cervi, neste momento destacou-se a Comissão de Cooperação Intelectual - CCI, criada em 1921 e o Bureau Internacional da Educação - BIE, instalado em 1925. Com a institucionalização da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, em 1945, o próprio Bureau seria absorvido anos mais tarde, especificamente em 1969.

Na evolução dessa motivação, chega-se a cogitar na vocação universal da cultura (SUCHODOLSKI, 1979 citado in CERVI).

A importância do BIE é amplamente reconhecida. É sob a sua égide que se inaugura o processo de *informação permanente*, implementando-se uma *standardização estatística da educação* a todos os países associados àquele

organismo. Diretor do BIE por décadas, o educador Catalão PEDRO ROSSELLÓ, revisou uma ampla série de dados/indicadores nacionais a partir do que construiu a sua "Teoria das correntes educativas", publicada em 1960 (CERVI 1981; 1985).

Em decorrência daqueles trabalhos, a UNESCO, edita o Anuário Internacional da Educação, cujos dados oferecem uma visão descritiva do movimento dos sistemas escolares nacionais e de suas reformas, analisadas à luz das chamadas temáticas do momento.

Ainda a partir da mesma UNESCO, consolida-se, nos anos 50/60 uma assessoria internacional para o planejamento educacional nacional, que culmina no realinhamento de algumas reformas educacionais em países em desenvolvimento.

Mais especificamente, é nos anos sessenta que se constitui o marco temporal deste tipo de interferência. Um exemplo importante dessa política refletiu-se no desenvolvimento do Projeto Principal Número 1 da UNESCO (1958 – 1966), especialmente dedicado à América Latina, voltado à preparação estratégica de especialistas em educação para a região, atingindo três esferas de atuação: (1) planejamento, administração e supervisão de sistemas escolares; (2) currículos e programas; (3) formação de professores. Outras iniciativas foram tomadas, mas, não tiveram a repercussão e a importância do programa acima citado.

Entretanto, anteriormente, é justo lembrar as atuações do Departamento de Educação da Organização dos Estados Americanos - OEA e da Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura - UNESCO, pelo seu

Escritório Regional para a América Latina e o Caribe, atuação essa destacada especialmente nos decênios dos anos cinqüenta e sessenta.

Nos anos seguintes, década de setenta, a intervenção internacional se acentua a partir de outro pólo: o da política externa dos Estados Unidos, cuja hegemonia econômica passou a ser exercida a partir do final da Segunda Grande Guerra, mas, com diferente propósito das organizações e mais estritamente ligada ao ensino universitário (CERVI, 1981, 1985).

Outros eventos menores de relativo significado devem ser registrados na dialética do processo de integração continental. Entretanto, o Seminário Inter-Regional sobre a Inércia e Mudança nos Sistemas Educacionais da América Latina e dos Países Africanos de Língua Ibérica, realizado em Brasília, em novembro de 1980, sob os auspícios do Ministério da Educação e Cultura do Brasil, dentro do Projeto Regional "Desenvolvimento e Educação na América Latina e no Caribe" agasalhado pela UNESCO/CEPAL/PNUD (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura/Comissão Econômica para a América Latina/Plano de Desenvolvimento das Nações Unidas).

Cabe ressaltar que não se está analisando, até o momento, o fenômeno da transferência de medidas ou da intervenção estrangeira no campo da educação. Também não se está desenvolvendo uma temática enquanto decorrência de conjunturas imperialistas. O destaque se dirige à configuração e justificativa das tentativas de integração regional no âmbito da educação.

Continuando o quadro referencial evolutivo construído por CERVI, tem-se a fase *transinstitucional*, oficialmente inaugurada em 1974, quando da adoção da

Declaração proferida na Assembléia das Nações Unidas sobre a Nova Ordem Econômica Internacional - NOEI, em 1º de maio do ano citado.

Esta declaração reza pelo compromisso de reduzir as distâncias entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento e em retificar as desigualdades entre os povos, assegurando o desenvolvimento, a paz e a justiça para todos.

Face às conotações consagradas no discurso da Nova Ordem Econômica Internacional, CERVI adita, como movimento decorrente dessa última fase, o da mundialização da educação e a presença do componente **prospectiva** nas definições políticas.

No quadro das etapas evolutivas do intercâmbio internacional no campo da educação, tal como foram descritas e para efeito da presente análise, o MERCOSUL representa um estágio consolidado de integração regional com autonomia relativa face ao processo de globalização.

## **2.2. Sobre a configuração atual do intercâmbio internacional no campo da educação na América do Sul**

São ainda iniciais, mas relevantes, os empenhos realizados por instituições acadêmicas, centros de pesquisa e por pesquisadores individualmente, no sentido de melhor conhecer a realidade que permitirá uma melhor atuação do bloco como um todo em futuro próximo.

Desde o ângulo da iniciativa governamental, os pontos básicos que selaram o compromisso vigente das políticas educacionais nacionais de integração no contexto do MERCOSUL firmaram-se durante a Primeira Reunião de Ministros de Educação, realizada em Brasília, aos 13 de dezembro de 1991.

Consagrados os princípios que norteiam a Declaração decorrente da reunião acima citada, observa-se uma preocupação tácita por parte dos governos signatários, reconhecendo o papel fundamental da educação para a reencontro dos valores histórico-culturais comuns, bem como a necessidade da geração de conhecimentos científicos e tecnológicos e de modernização das sociedades-partes (CERVI, 1997).

O texto explicita com ênfase a questão da formação da população para a otimização dos fatores de produção disponíveis. Trata de subordinar os propósitos educacionais, casando-os com as metas majoritárias na efetivação plena do sistema democrático, voltado para a igualdade, a cooperação e a preservação da identidade e da liberdade dos povos que constituem os países-partes do MERCOSUL. Aborda ainda a questão da melhoria da qualidade dos recursos humanos com vistas ao alcance de um “desenvolvimento equilibrado” em toda a região (CERVI, 1997).

Neste ponto, oferece indicativos para o fomento de programas de “(1) formação e intercâmbio de docentes, (2) especialistas e (3) alunos”, com o intuito de promover o conhecimento da realidade regional; prega, também, a difusão dos idiomas oficiais do MERCOSUL, fundamentados nas duas grandes culturas e, conseqüentemente, os dois idiomas básicos ibéricos (o espanhol e o português);

incute um favorecimento quanto à equiparação e à convalidação dos estudos e à revalidação dos diplomas expedidos nos diferentes níveis e modalidades de ensino que vigoram entre os distintos sistemas educacionais; reza sobre a criação, o desenvolvimento e a consolidação de sistemas de informação, comunicação e pesquisa entre os Estados-Membros; estabelece metas para a promoção de uma educação básica generalizada e programas de maior interação entre educação, trabalho e emprego.

Para viabilizar o processo de integração relacionado à função política educacional, foram projetadas, a partir da definição de linhas programáticas, a formação de uma consciência social favorável ao processo de integração, a capacitação de recursos humanos que venham a contribuir para o desenvolvimento econômico e a integração dos sistemas educacionais.

Para cada um dos Programas foram estabelecidos metas prioritárias, cabendo ao Programa que trata da formação de uma consciência social favorável ao processo de integração, a previsão dos seguintes passos:

- a** - incorporação de conteúdos que tratam do MERCOSUL nos currículos em todos os níveis de ensino, implementado-os gradualmente, partindo da produção de informação e material de aprendizagem, até atingir as reformas curriculares específicas no campo da história, da geografia, da cultura, do meio ambiente e dos idiomas oficiais da região;
- b** - formação e aperfeiçoamento de docentes, com vistas à melhoria dos sistemas educacionais;

- c** - fomento e circulação de bens culturais e sua produção conjunta;
- d** - promoção de programas de difusão que venham a possibilitar a compreensão dos benefícios sociais e econômicos da integração, envolvendo organismos governamentais e não governamentais (CERVI, 1997).

Quanto ao Programa de Capacitação de Recursos Humanos, que deverá contribuir para o desenvolvimento econômico, foram indicadas as ações seguintes:

- a** - reformulação dos currículos escolares com a introdução de temas ligados a trabalho, emprego, produção e inovação científica e tecnológica;
- b** - promoção e coordenação de ações para a formação profissional e técnica, tanto em instituições governamentais como privadas, desde que respondam às necessidades específicas do MERCOSUL;
- c** - flexibilização dos currículos escolares de modo a permitir respostas rápidas e eficientes às demandas dos setores sócio-econômicos;
- d** - adoção de mecanismos de valorização voltados à formação técnica técnico-profissional não universitária;
- e** - estímulo para que as instituições universitárias se voltem para as questões referentes a trabalho e produção, além de outras que resultem no processo de consolidação do MERCOSUL;

- f** - inserção das universidades, como órgãos assessores e de consultoria, no que se refere aos problemas da integração regional em todos os aspectos, consagrando-as como centros de reflexão sobre a unidade da região;
- g** - criação de Centros de Altos Estudos do MERCOSUL, com a finalidade de estimular a investigação permanente nas áreas jurídica, econômica e cultural do processo de integração e cooperação regional (CERVI, 1997).

No que tange à Integração dos Sistemas Educacionais, o desenho das ações prioritárias incluem os seguintes alvos:

- a** – institucionalização de um sistema de informação em rede que permita conhecer e disseminar dados educacionais de cada país;
- b** – definição de perfis mínimos de formação profissional e técnica, de modo a permitir a homologação respectiva dos títulos acadêmicos e das habilitações entre os Estados-Partes, facilitando o intercâmbio de recursos humanos entre os países;
- c** – compatibilização dos currículos dos cursos universitários, especialmente das disciplinas básicas de cada área, de modo a permitir a integração de estudos e a livre circulação de alunos e docentes na região.

Na mesma oportunidade, foi criada a Comissão de Ministros da Educação, que passou a se responsabilizar pelo processo de integração do Setor Educação no âmbito do MERCOSUL.

Em decorrência desse fato, seis meses mais tarde, em primeiro de Junho de 1992, a Comissão de Ministros da Educação se reúne e aprova o primeiro Plano Trienal para o setor educacional no contexto do MERCOSUL, que identifica basicamente áreas estratégicas para a cooperação e o desenvolvimento de programas, sub-programas, linhas e trabalho e atividades. Além destes pontos, busca assegurar recursos e meios para a adequada consecução dos propósitos firmados. Finalmente, ratifica a cooperação do MERCOSUL com outros organismos internacionais, como a UNESCO, a OEA, a OEI e a Comunidade Econômica Européia.

Derivando de intenções anteriormente consolidadas no campo econômico, o Plano Trienal de Educação do MERCOSUL se adapta como instrumento para o avanço científico e tecnológico destinado a transformar a produção e a contribuir para a efetiva democratização das sociedades na integração continental.

O Plano Trienal teve o suporte de um Comitê Coordenador Regional, a quem coube elaborar os programas e justificativas que foram encaminhadas à apreciação da Comissão de Ministros de Educação do MERCOSUL. Notável é a participação deste Comitê que se reúne periodicamente e é constituído por representantes das Comissões Nacionais de Educação para Integração no MERCOSUL, criadas em cada um dos Países-Partes.

Nos termos do Plano, a integração *na* e *pela* educação, impõe a adoção de mudanças nos estilos da obra educativa em vigor adotados pelos governos nacionais, de modo que possa atender com respostas adequadas, às demandas de “um novo modelo de desenvolvimento”, fundamentado na “alta competitividade externa e no contexto democrático e participativo interno”.

À margem do Plano Trienal, iniciativas institucionais esparsas de pequena ou de mais ampla repercussão, tratam de manter avivada a tese da integração.

Assim, pode-se apontar, como marcos institucionais da concretização das vias de integração da educação no âmbito do MERCOSUL, as seguintes realizações:

### Quadro IV — Marcos institucionais da integração da educação no MERCOSUL - (CERVI, 1997)

MARCOS	PERÍODO	EVENTOS
Antes da criação do MERCOSUL (iniciativas precursoras)	DÉCADA DE 80	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação do Centro de Pesquisas e Pós- Graduação sobre a América Latina e o Caribe – CEPPAC</li> <li>- Criação da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO</li> <li>- Criação do Programa de Estudos Latino- Americanos na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande. (1985)</li> </ul>
A partir da criação	DÉCADA DE 90	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Primeiro Seminário de Estudos sobre a Integração do Cone Sul, realizado na Universidade Católica de Pernambuco.(1991)</li> <li>- Criação do Núcleo de Pesquisas e Documentação de Política Rio-Grandense e dos Países do Cone Sul da América Latina- NUPERGS-CONSUL, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.</li> <li>- Criação do Centro Brasileiro de Documentação e Estudos Bacia do Prata – CEPED.</li> <li>- Criação do Núcleo de Estudos para a integração da América Latina – NESIAL, na URGs.</li> <li>- Criação do Centro de Estudos de Política Exterior do MERCOSUL – CEPEX – MERCOSUL, no Departamento de História da Universidade de Brasília – (1992)</li> <li>- Encontro Internacional de Direito da América do Sul e Fórum Universitário sobre o MERCOSUL, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão. (Junho, 1992)</li> <li>- Lançamento da Revista Política Externa, Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais e Política Comparada da Universidade de São Paulo – USP &amp; Editora Paz e Terra (Junho, 1992)</li> <li>- Seminário Internacional de Universidades sobre o MERCOSUL na Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP e Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – IEA-USP, realizado em Recife. (Dezembro, 1992)</li> <li>- Criação do Instituto de Estudos Avançados na América Latina – Ial, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.(Novembro, 1992)</li> <li>- Seminário Internacional sobre Universidade e Integração no MERCOSUL – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. (Novembro, 1992)</li> <li>- Publicação da obra “Universidade no Mercosul”, organizada por Marília Costa Morosini, Cortez Editora, São Paulo, 308p. (1994)</li> </ul>

O interesse e os esforços para inserir a questão da Educação no contexto do MERCOSUL, podem ser medidos pelos sucessivos entendimentos que vêm se realizando entre os Ministros da Educação dos países que integram este Bloco.

Reuniões semestrais se sucederam, com alguns avanços desde a Primeira Reunião de Ministros da Educação, que se realizou em Brasília, em 12 e 13 de dezembro de 1991, quando foi criada a Comissão de Ministros de Educação, a exemplo e nos moldes do que a União Européia já havia constituído.

Seguiu-se a Segunda Reunião de Ministros da Educação, realizada em Buenos Aires, em 1º de junho de 1992, quando foi aprovado o Primeiro Plano Trienal de Educação do MERCOSUL.

A Segunda Reunião de Ministros da Educação, ocorreu em Brasília, aos 27 de novembro de 1992.

Em 1996, foi firmado o Protocolo Adicional ao Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina, referente à integração educacional, com objetivo de formação de recursos humanos em nível de pós-graduação.

Um balanço dos entendimentos efetivados nestes seis anos de vida do MERCOSUL coloca-nos bastante longe de uma ordem jurídico-educacional comunitária.

No entanto, o exemplo europeu serve para acenar com as possibilidades de se estabelecerem diretivas naquele sentido. Sistema de créditos e política de

oferta no ensino superior já constituem matéria jurídica consolidada no âmbito da União Europeia.

Apenas a título de ilustração da densidade da integração europeia alcançada ao nível do ensino superior, remetemo-nos aos dados compilados por MOROSINI (1997) sobre esta questão:

Derivado do *Single European Act*, nasceu o programa ERASMUS - *European Action Scheme for the Mobility of University Students*, criado em 1987, que visa integrar as universidades europeias, e vem sendo utilizado em favorecer o intercâmbio acadêmico entre instituições e estudantes. Sua meta de intensificação de intercâmbio, favorece na atualidade, 10% de estudantes dos países que integram o bloco.

Ainda não implantado definitivamente (MOROSINI, 1997), na área do grupo asiático, foi criado o UMAP - *University Mobility in Asia and the Pacific*, constituído por 19 países, além da integração universitária apoiada no NAFTA - *North America Free Trade Agreement*, que criou o *Institute of International Education* - IIE, que “arrola de 20 a 30 instituições acadêmicas no Canadá, Estados Unidos e México, numa experiência-piloto de intercâmbio estudantil de alunos de engenharia, administração e meio ambiente”.

O gigantismo do modelo europeu mantém em sua estrutura de educação superior, cerca de “3.500 unidades de ensino superior, freqüentada por aproximadamente 6,5 milhões de estudantes, 1.500 programas inter-universidades envolvendo 1.000 instituições e 5.000 funcionários” (MOROSINI, 1994).

Estima-se que o programa venha a atingir o intercâmbio futuro de mais de 100.000 estudantes. Dentro da linha de cooperação educacional, a União Européia vem tratando de treinar pessoal com vistas a auxiliar unidades empresariais de todos os setores. Assim, o COMETT - *Community Action Programme in Education and Training for Technology*, o ECTS - *European Community Course Credit Transfer System*, “cobre 5 áreas do conhecimento, a saber: administração, história, medicina, química e engenharia mecânica”.

O programa LINGUA, explicitado pela própria denominação, visa atender às questões ligadas às línguas faladas pelos países-membros, já que a comunidade compõe-se atualmente de 9 línguas, sendo que mais duas novas irão integrar a entidade, com a entrada da Suécia e da Finlândia.

### **2.3. Sentido do intercâmbio internacional no campo da educação no âmbito do MERCOSUL**

As referências abreviadas sobre a evolução do intercâmbio e promessas de integração da educação no âmbito do MERCOSUL não preenchem as exigências do sentido da formação de blocos resumido no final do capítulo anterior.

Assim, é de se encarar a questão educacional dentro de um conceito de integração como alternativa política para o desenvolvimento, o que pode se constituir, segundo SCHAPOSNIK (1997), como “...a mais viável das alternativas para alcançar uma maior independência das nações.”(p.171).

O sentido da integração a assumir no âmbito do MERCOSUL, no que se refere à educação, deverá considerar, pois, em termos gerais, aspectos fundamentais com os inventariados por CERVI (1997), e que as pesquisas ainda não deram conta de identificar.

- a) integração do bloco como recurso de inserção internacional vantajosa;
- b) construção de modelos e mecanismos de integração que respeitem a alteridade dos contextos nacionais inclusivos;
- c) definição de prioridades que alimentem estratégias de reorganização social e econômica e de superação de disparidades sociais;
- d) realização intensa e permanente de pesquisa comparativa, subsidiária das definições políticas.

### 3. A INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO SUPERIOR NO ÂMBITO DO MERCOSUL

Enquanto, por muitos anos, o debate sobre a função da universidade, ou seja, a sua missão, restringiu-se a obras clássicas que se preocuparam com o ensino, a pesquisa e a extensão (GASSET, 1932), e se destinaram a cobrir as ciências dentro de parâmetros tradicionais, modernamente, o debate vem trazer à discussão, novas atitudes, novas posturas e novos conceitos.

O que se pretende na atualidade, é, sem dúvida, criar uma nova universidade, integrada e integradora, com novos conhecimentos que possam ser trabalhados com programas, unidades temáticas, em laboratórios, em cursos de educação continuada, educação a distância, via meios de comunicação sofisticados e capazes de permitir a formação de pessoas qualificadas que possam se adaptar às novas demandas da sociedade em permanente transformação.

Mas a pergunta sempre permanece: para onde vai a universidade quando integrada a blocos de países, visando criar as condições de viabilidade empregatícia a seus formandos em um contexto supranacional?

Qual o sentido de modernização que deve orientar a universidade dos nossos dias em um contexto integrado?

Além das dificuldades que derivam das discussões sobre o sentido da universidade, outra questão se interpõe: a da sua tipologia.

Do ponto de vista das funções universitárias, pode-se admitir a existência de três tipos de unidades de ensino superior: (1) as que se preocupam mais com

o ensino, ou totalmente com ele, com mínima atenção dedicada à pesquisa e à extensão; (2) as que dedicam mais tempo a estas duas últimas atribuições e destinam uma menor parte ao ensino; (3) as que tentam dosar os três atributos clássicos, defendidos e descritos por Ortega Y Gasset nos anos trinta deste século.

Não se pode discutir um tema desta importância sem lançar mão de comparações. E estas nos levam sempre a países que se preocuparam inicialmente em criar as academias e, secundariamente, em dotá-las de uma estrutura capaz de fazer frente às necessidades da sociedade (leia-se, do mercado).

Nenhuma nação conseguiu sair do marasmo econômico sem uma base humanística, sem o desenvolvimento da pesquisa e, via de conseqüência da criação do conhecimento, sem ter-se envolvido em conflitos, independente de aqui se entrar ou não no mérito se a ideologia que predominou venha a ferir susceptibilidades desta ou daquela corrente de pensamento.

O que está se tentando colocar é a realidade universitária latino-americana que vem passando por algumas mudanças básicas, notando-se um aumento considerável na taxa de escolarização universitária desde o início da década dos anos cinquenta até o final dos oitenta. O crescimento nesse ponto foi significativo principalmente nos países que integram o MERCOSUL, salientando-se a Argentina que no final dos anos oitenta, atingia 36,4%, o Uruguai 31,7%, o Brasil 11,3% e o Paraguai com a menor taxa, isto é, com 9,7%. O Chile se apresentava no final da década em apreço, com 15,8%, e alguns países de menor significado econômico salientavam-se a maior do que os integrados hoje ao MERCOSUL:

Panamá, Venezuela, México, entre tantos (Seminário *UNIVERSIDAD Y MERCOSUR*, Montevideo, Uruguai, 20 a 21 de agosto de 1992, in Anexo - Quadros). Segundo o “Anuário Econômico e Geopolítico Mundial – 1995/96 o quadro da escolarização no terceiro grau no início da década dos noventa, no Cone Sul se encontra conforme segue: Argentina com 43,4%, o Uruguai com 32,0%, o Brasil representado com 11,7%, o Paraguai com 8,2% e o Chile com 23,3%.

Não se pode analisar a questão da universidade dos países integrantes ao MERCOSUL, sem levar em consideração os períodos que antecederam este marco decisivo, que inicia com o Tratado de Assunção firmado em 1991. As fases de autoritarismo que prevaleceram no cone sul antes do citado acordo, inclusive no Chile, tolheram a liberdade de pensamento, e via de consequência, a educação ficou atrelada ao processo de domínio político.

Entretanto, considerando os caminhos que a universidade vem percorrendo, e frente aos novos paradigmas que se manifestam, a universidade atual, se quiser sobreviver aos impactos das “megatendências” (NAISBITT, 1990 e 1994), como instituto de formação, deve estruturar-se, inicialmente, para cenários futuros possíveis. Em segundo lugar, deve voltar-se para a interdisciplinaridade dentro dos princípios de sua *paidéia*, entendendo-se esta, como pedagogia formadora e integradora da nova ordem política e econômica que vem se implantando. Em um terceiro ponto, a universidade deve lutar incessantemente para criar conhecimentos, adaptar-se aos novos modelos tecnológicos, principalmente os ligados às telecomunicações (NAISBITT, 1994). Um quarto ponto, se encontra nas propostas que a universidade deve apresentar, propostas

estas que devem ter o tom da ousadia, com vistas à integração nos temas do cotidiano imediato. A preparação de uma massa crítica dentro de padrões da modernidade, passando pela formação docente e de pesquisadores, que possam dedicar-se com liberdade à produção do conhecimento é um quinto ponto que a universidade não pode descuidar. São alguns aspectos que, se atacados, levariam a universidade atual latino-americana a inserir-se nas decisões de ordem macro que as nações mais ricas já atingiram e vêm mantendo.

### **3.1. Marcos históricos da evolução universitária no âmbito do MERCOSUL**

A história da Universidade na América Latina é um capítulo singular integrado na própria história deste continente. Desde que foi criada a primeira instituição universitária em finais do século XVI na América Hispânica, no México e no Peru, antes que as nações de língua inglesa viessem a institucionalizar seus cursos de ensino superior, na América, os colonizadores hispânicos, deram a este nível do saber, uma importância singular.

Na América Portuguesa, os cursos universitários só viriam a se constituir no primeiro quartel do século XIX e as universidades na Primeira República. Até 1930, os cursos universitários eram dirigidos à elite, corroborando com um quadro onde o número elevado de analfabetos e a existência de escolas de nível médio conduziam ao estrito atendimento dos reclamos da classe dirigente do país (HORTA, 1982).

Como exemplo de preocupação da classe dirigente, no Estado do Paraná, em 1912, é fundada a Universidade do Paraná, com os três cursos tradicionais: Medicina, Direito e Engenharia, consagrada como a mais antiga universidade brasileira.

O tema da universidade e sua função social na Íbero-américa foi objeto de alguns estudos (STEGER, 1970; ECHAVARRIA, 1962; WOLFF, 1969; MINOGUE, 1981), que contemplaram a análise dos períodos históricos que marcaram a evolução social deste instituto na área geográfica em destaque. As tensões pelas quais a América do Sul ainda vem passando, colocam acima de qualquer expectativa as esperanças existentes na maioria da população que se encontra em situações de carência crônica nos segmentos sociais de baixa renda. Isto é, os investimentos em educação dependem necessariamente de um acréscimo no produto gerado pelas economias, e, na medida em que a renda pessoal aumenta, a educação, a superior principalmente, deixa de ser uma preocupação exclusiva do Estado, passando este encargo aos institutos universitários privados (PSACHAROPOULOS, 1991).

A Educação encimada pela universidade, representa um fulcro de alta tensão social, na medida em que ainda se estuda uma fórmula adequada para a solução de sua oferta.

A questão do papel social da universidade foi abordada em seminários e reuniões nos últimos anos (MOROSINI, 1992; BASSO, 1995), e se faz prioridade temática, especialmente após a assinatura do Tratado de Assunção, quando estabeleceu as regras básicas para o MERCOSUL nos atos complementares que definiram grupos e comissões entre os países-partes para a análise do problema

quanto à possível unificação do sistema educacional para o Cone Sul (Plano Trienal para o Setor Educação, in BILA - Boletim de Integração Latino-Americana, número 8).

Retornando ao cenário do passado na América Latina em termos de universidades, observa-se quanto morosa foi a criação deste instituto nesta área do mundo, desde que os colonizadores por estas terras se aventuraram. A Espanha tomou a dianteira em relação aos demais povos que vieram fincar suas âncoras no Continente Americano, instalando os estudos filosóficos e teológicos, com fundamento no modelo europeu de *Studium*, antes de torná-los institutos universitários.

A título de ilustração, remetemo-nos à cronologia da institucionalização da Universidade na América Latina, esboçada por CERVI (1997).

Já em meados do século XVI, em 1551, é fundada (1) a *Universidad Mayor de San Marcos de Lima - ex Universidad de los Reyes*, como determinava anteriormente à Carta Real de Autorização, elevada à Pontifícia em 1571, em Lima, Peru; em 1580, é criada (2) a Universidade São Tomás de Aquino, restaurada em 1965, em Bogotá, Colômbia; em 1613, em Córdoba, Argentina, surge (3) a Universidade Nacional de Córdoba, nacionalizada em 1856; segue-se (4) a Universidade Javeriana, restabelecida em 1931 e elevada ao status de Pontifícia em 1937, em Bogotá, Colômbia; (5) a Universidade Mayor Real e Pontifícia de São Francisco Xavier de Chuquisada, é criada em Sucre, Bolívia; em 1677, passa a funcionar (6) a Universidade Nacional de San Critóbal de Huamanga, fechada e reaberta em 1957, em Ayachucho, Peru; (7) a Universidade Nacional de San Antonio del Cúzco, em 1692, em Cúzco, Peru; segue-se (8) o

Colégio Mayor de San Boaventura, elevada à Universidade em 1964, em Bogotá, Colômbia; (9) a Universidade Central da Venezuela, antigo Seminário, fundado pelo Padre Gonzales de Acuña, em 1725, em Caracas, Venezuela; (10) em 1738, é criada a Universidade do Chile, reinaugurada em 1943, em Santiago, Chile; (11) a Universidade Central do Equador, resultante da fusão de instituições de ensino superior fundadas nos séculos XVI e XVII, em Quito, Equador; (12) a Universidade dos Andes, antigo Colégio e Seminário Real de São Boaventura de Mérida, obteve status universitário em 1810, Mérida, Venezuela; em 1821, (13) a Universidade de Buenos Aires, em Buenos Aires, Argentina; (14) a Universidade Nacional de Trujillo, fundada por Simão Bolívar, em 1824, em Trujillo, Peru; 1828, é criada (15) a Universidade Nacional de San Augustin, em Arequipa, Peru; em 1830, (16) a Universidade Mayor de San Andrés, em La Paz, Bolívia; em 1849, (17) a Universidade da República, em 1849, em Montevideo, Uruguai; em 1867 (18) a Universidade de Quayaquil, em Quayaquil, Equador; em 1868 (19) a Universidade de Cuenca ou Universsidade de Azuay, em Cuenca, Equador; em 1884, (920) a Universidade Nacional de La Plata, em La Plata, Argentina; (21) a Universidade Católica do Chile, em 1888, Em Santiago, Chile; (22) a Universidade Nacional de Assunção, em 1890, em Assunção, Paraguai; (23) a Universidade de Loja, antiga Faculdade de Jurisprudência, elevada a status de Universidade em 1943, em Loja, Equador.

Na atualidade, as universidades instaladas nos países que integram o MERCOSUL, apresentam características variadas e distintos graus de desenvolvimento.

### 3.2. Discurso atual e desafios contemporâneos da universidade no âmbito do MERCOSUL

Os desafios contemporâneos da Universidade na sociedade latino-americana emergem da perplexidade que o quadro social apresenta. Alguns autores vêm se preocupando com o problema desde a criação do Bloco. Destacam-se MOROSINI (1992, 1994), LIEDEKE FILHO (1992), BALSAN (1995), SOUZA (1995) e tantos mais, que vêm trazendo a público, suas preocupações, em Seminários promovidos pelas universidades brasileiras, com destaque para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que antecedeu ass demais com a realização do *Seminário Internacional Universidade e Integração no MERCOSUL*, em 1965, e a publicação da obra *Universidade e Integração no Cone Sul*, em 1962. Tanto no primeiro como no segundo trabalho, observa-se a variedade de temas, particularizando as questões de caso específico afim de se poder avaliar comparativamente cada tema, cuja pertinência avalia com rigor a questão não apenas da integração mas do papel e dos desafios que a universidade latino-americana terá de enfrentar no futuro diante de uma realizada nova que se apresenta com a mundialização da economia.

Muitos convênios de cooperação técnica e científica foram realizados entre as instituições de ensino superior do Bloco, antes mesmo dele estar formalmente constituído, a partir do Tratado de Assunção em 1991. São acordos bilaterais inter-universidades, muitos de sucesso, destacando-se o intercâmbio de docentes e a troca de opiniões sobre o marco da integração futura.

Neste ponto, a educação tem um papel primordial. Marcado o decênio que se finda pelas mudanças transnacionalizadas da economia mundial, os blocos que

já são uma realidade, encontram-se diante de fatos novos, que irão resultar em uma nova estrutura educativa do tipo “modelo cosmopolita de ensino superior” proposto por KERR em 1990 (in MOROSINI, 1995).

Paulo Renato de Souza, atual Ministro da Educação do Brasil (1995), não descarta a possibilidade de uma integração educativa mais permanente, que assegure avanços de toda a ordem nos vários níveis das escolas, afirmando que isto é possível, dado o “apoio à crescente democratização dos países membros, à transformação produtiva com equidade, à afirmação das identidades culturais, o respeito à diversidade e ao desenvolvimento e à consolidação de uma consciência regional” (in Em Aberto, 1995).

Um dos problemas mais difíceis de superar, no entanto, encontra-se na diversidade social do contexto do MERCOSUL. Muitos traços de vida social podem parecer unívocos entre os países, mas a orientação de suas políticas educacionais nunca foram e nem poderiam ser homogêneas. O momento é mais de reconhecimento do que de conhecimento das realidades educacionais. Muitos acordos de cooperação firmados servirão de base para uma consolidação cooperativa mais ampla, destacando as prioridades e definindo os prazos para o cumprimento de seus objetivos. A certeza de uma cooperação é a certeza do sucesso, cabendo ao Fórum de Ministros de Educação do Bloco, a responsabilidade de traçar as linhas-mestre do sistema cooperativo multipolar da educação do MERCOSUL (MOROSINI, 1991, 1992).

Os exemplos de mecanismos criados pela União Européia, ou mesmo pelo NAFTA, podem servir de inspiração, cuidando-se para que adaptações sejam realizadas para o bom êxito dos programas. A participação de segmentos

universitários interessados de todos os países-membros, deverá oportunizar a discussão no sentido de encontrar os caminhos plausíveis da integração, sempre tendo em mente que as dificuldades integracionistas do Bloco, que se situam no campo da economia, se não forem superadas a curto prazo, comprometerão o esforço educacional que porventura for dispendido. “Nesta parte do mundo os impasses das últimas décadas conduziram ao empobrecimento e à marginalização da maioria de sua população”, mas, no mesmo período, a Europa, palco de operações do maior conflito mundial que o mundo pode assistir, caminhava para uma integração sólida de bloco unificado em todos os sentidos (MOROSINI, 1992).

Entre tantos outros dados da realidade do MERCOSUL, e para uma pré-análise de exigências na esfera social (cultural, tecnológica, econômica), foram selecionadas algumas informações censitárias oficiais, para fins comparativos.

O Quadro V nos dá uma visão global da realidade do Ensino Superior no âmbito do MERCOSUL. Enquanto na Argentina apenas 14,1% representa os que ingressam na universidade, no Brasil esta cifra sobe para 34,4%, sobre o total de matrículas. No Uruguai, a relação é de 21,8%, enquanto que no Paraguai o indicador representa apenas 8,0%. A relação média docente/matrículas apresenta o resultado que segue: Argentina 8 alunos por docente, Brasil 8,4 e o Uruguai 10,5. No Paraguai não há disponibilidade desta informação.

### QUADRO V - Ensino Superior no MERCOSUL - 1992-1993

<b>Ensino Superior no MERCOSUL - 1992-1993 (em milhares de pessoas)</b>				
<b>Países</b>	<b>Argentina</b>	<b>Brasil</b>	<b>Uruguai</b>	<b>Paraguai-UNA</b>
<b>Indicadores</b>				
<b>Ingresso</b>	<b>152,6</b>	<b>548,7</b>	<b>13,6</b>	<b>4,0</b>
<b>Matrículas</b>	<b>1.077,2</b>	<b>1.594,7</b>	<b>64,0</b>	<b>50,0</b>
<b>Docentes</b>	<b>86,6</b>	<b>134,4</b>	<b>6,7</b>	<b>-</b>
<b>Concluintes</b>	<b>31,9</b>	<b>234,3</b>	<b>4,2</b>	<b>1,8</b>

Fonte: Boletim Informativo MERCOSUL, 1994.

A situação desfavorável da América Latina no que toca à ciência e à tecnologia, segundo indicativos trabalhados pela CEPAL, e comparativamente com os de outros blocos econômicos, como a OCDE - Organização para Cooperação dos Países em Desenvolvimento, e os países do mundo mediterrâneo, leia-se, sul europeu e alguns países asiáticos, alguns representantes das economias emergentes, é flagrante.

## QUADRO VI – Indicadores educacionais da região do MERCOSUL

Indicadores educacionais da região do MERCOSUL - incluindo o Chile						
Ensino Superior						
Nº de estudantes por 100.00 habitantes			Gastos públicos com educação			
			Como percentual do PIB		Como percentual com gastos públicos	
País \ Ano	1980	1992	1980	1992	1980	1992
Argentina	1.748	3.268	2.7	3.1	15.1	15.7
Brasil	1.162	1.079	3.1	4.6	-	-
Paraguai	858	907	5.6	2.6	16.4	11.9
Uruguai	1.339	2.396	2.3	2.8	10.0	15.4
Chile	1.306	2.145	4.6	2.9	12.9	-1.6

Fonte: 1º Forum Mundial sobre la Educación, UNESCO – 1995.

A discrepância existente nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, (in MOROSINI, 1992), na América Latina o gasto por habitante/dólar está em torno de 10, a Ásia com 23, o Sul da Europa perfaz 44 e a OCDE atinge 448. Sobre o percentual do PIB, a situação não difere: a América Latina está em 0,5%, a Ásia com 1,4%, o Sul da Europa com 1,0% e a OCDE com 2,4%. Quanto aos graduados por universidades sobre 100.000 habitantes, a América Latina se apresenta com 156, a Ásia com 478, o Sul da Europa com 191 e a OCDE com 650. Na proporção de engenheiros e cientistas, também sobre 100.000 habitantes da população economicamente ativa, a América Latina perfaz 99, a Ásia 115, o Sul da Europa 185 e a OCDE 650.

Para dirimir estas discrepâncias, o grande desafio está inicialmente em conhecer melhor a realidade, perscrutar em profundidade os vários acordos firmados, verificar os desajustes desses acordos, situar as questões mais agudas na excelência dos programas, e com este espelho, situar o perfil do sistema, voltado à criação de mecanismos que visem uma unidade cooperativa comum.

As informações disponíveis, (MOROSINI, 1994 in Em Aberto MERCOSUL, 1995), mostram um grande incremento no número de alunos matriculados nos quatro países integrantes do bloco, basicamente nas três últimas décadas. Contudo ser marcante este incremento, no tocante aos concluintes, nota-se uma taxa de evasão a maior para argentinos e uruguaios do que para brasileiros e paraguaios.

A mesma autora acima citada, aponta, em uma rápida passagem pelos sistemas educacionais de nível superior nos países do MERCOSUL, as diferenças e algumas nuances que se salientam: (1) na República Argentina há uma divisão entre terciário, que “abriga cursos de curta duração para a formação de professores e técnicos em um total de 1.098 estabelecimentos” e o universitário, “ministrado em 73 universidades - 31 nacionais, seis provinciais e 36 privadas”. No caso do Brasil, a divisão do sistema de ensino superior é mais complexo do que o caso anterior, consagrando o sistema em universidades, federações de escolas e faculdades isoladas e estabelecimentos isolados, públicos ou privados, federais, estaduais e municipais. Sabe-se de antemão que há um predomínio para os estabelecimentos privados. No início dos anos sessenta, o Brasil contava com apenas 120.000 estudantes universitários, dos quais, cerca de 80%, encontravam-se matriculados nos estabelecimentos públicos, com predominância de

dependência federal e, em alguns casos, estadual, concentrados mais em São Paulo. Hoje, a relação é de cerca de 35% do alunado freqüentando as escolas públicas em geral e o restante as escolas privadas. (3) No Uruguai, o ensino superior “gravita praticamente, em torno de uma única grande instituição pública - a *Universidad de la República*, com 13 faculdades, um instituto e duas escolas”. Uma universidade particular, a UC DAL, “universidade voltada para as ciências humanas”, contando também com “centros de formação de professores e centros de ensino superior e pesquisa associados a sistemas universitários no exterior”. (4) Na República do Paraguai, o ensino superior concentra-se na *Universidad Nacional de Assunción* - UNA, que conta com 12 faculdades, sete escolas e quatro institutos com filiais no interior do país, e na *Universidad Nuestra Señora de la Assunción* - UCA, de caráter privado, que possui nove faculdades, um instituto superior e uma escola superior. Oferecem suporte universitário, neste país, institutos não-universitários de curta duração.

Quadro VII - Gastos em Ciência e Educação em Alguns Países Integrantes aos Blocos Econômicos na América

BLOCOS E PAÍSES	GASTOS EM EDUCAÇÃO COMO % DO PIB	GASTOS EM INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO
<b>NAFTA</b>		
Estados Unidos	ND	2,60
Canadá	ND	1,50
México	4,1	0,30
<b>AMÉRICA CENTRAL</b>	3,5	0,42
<b>CARIBE</b>	6,6	0,80
<b>ÁREA ANDINA</b>	3,2	3,6
<b>CONE SUL</b>		
Brasil	4,6	0,66
Argentina	3,6	0,80
Paraguai	1,5	0,10
Uruguai	3,1	0,20
Chile	3,7	0,55
<b>A Título de Comparação</b>		
Coréia	ND	1,91
Cingapura	ND	1,10
China	ND	1,65

Fonte: Informe Mundial sobre a Ciência, UNESCO, 1996

### 3.3. O sentido do intercâmbio universitário no processo de integração do MERCOSUL

Nunca é demais repetir que o MERCOSUL, foi criado para oferecer à região as condições propícias à sua integração acelerada.

Notadamente na área do intercâmbio universitário, a grande missão está em inserir o sistema universitário da região, nos parâmetros da internacionalização da educação superior vem sugerindo.

A literatura do tipo futurista tem mostrado as diferenças existentes entre vários países e diversas regiões integradas no planeta. A América conta com 5 blocos de interesses econômicos comuns - explicitado em capítulo anterior. Na hipótese de que a Associação de Livre Comércio das Américas, a ALCA, venha a ser concretizada no início do milênio, assim mesmo, não se descarta o manutenção das organizações menores dentro do mega-sistema.

A qualidade do ensino e a excelência da investigação científica são fundamentais para a alavancagem dos blocos de menor destaque, onde o MERCOSUL é o mais significativo em tamanho. Pelos dados obtidos, o Brasil se salienta na ordem prevalecte dos indicadores sócio-econômicos da região. Deve-se entretanto considerar duas variáveis que determinam a grande diferença brasileira frente aos seus pares no MERCOSUL: (1) a dimensão do território e (2) o tamanho da população. No entanto, há que apreender os significados possíveis, não necessariamente combinados, entre “diferenças” e “discrepâncias”.

O entendimento desejável entre os países-partes está na aceitação de suas realidades sociais, distintas por natureza histórica, geográfica e cultural. As discrepâncias podem constituir o fator justificativo maior de concretização de alianças fortes e de acesso ao vasto potencial tecnológico de países que, hoje, concentram-se no Norte do mundo para uma superação simultânea e conjunta do atraso que desnivela a competição internacional.

Um outro aspecto de importância é o intercâmbio de informações. Interesses comuns, experiências vivenciadas, acesso conjugado ao conhecimento, facilitarão o processo de desenvolvimento de cada país e do bloco como um todo. Os sistemas precisam somar seus esforços.

Se, entre as Instituições de Ensino Superior promover-se uma colaboração intensa, a região contará com mais um instrumento de correção de crises que possam vir a ocorrer ao longo do tempo. Os exemplos de procura às universidades para estudos, pesquisas, trabalhos de caráter científico-prático, voltados à solução de atritos incrustados no tecido das sociedades latino-americanas, é um fator de desenvolvimento e de maturidade institucional.

A recorrência às instituições de educação superior para auxiliar os governos em seus casos internacionais é viável e eficaz, tal como o ilustra a observação a seguir.

O Departamento de Política Internacional da Universidade da Califórnia em Los Angeles - UCLA, foi contratado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, para produzir um documento que serviu de base para orientar as negociações entre este país e a República do Panamá, na questão do Canal, para

o ato de sua entrega aos panamenhos. Inúmeros cenários foram formulados, com eventos e atores em situações críticas, e que permitiu o bom êxito das negociações.

Facilitando o intercâmbio de professores e alunos, criar-se-á uma mobilidade intensa, facilitadora de cooperação, que irá refletir na qualidade das proposições entre os vários agentes comprometidos com a melhoria dos padrões educativos da região.

A cooperação voltada para a exploração e a expansão do maior volume de tecnologias emergentes deve ser construída sobre princípios e objetivos necessariamente ligados a um (1) sistema de informações que permita transmitir (2) via redes integradas, o desenvolvimento de pesquisas que atinjam (3) o pessoal acadêmico das instituições partícipes, (4) agilizando as fontes de financiamento do sistema.

Algumas iniciativas dão conta de que a cooperação, no MERCOSUL é possível. Esforços mais específicos desenvolvidos para a integração universitária podem ser retratados na síntese que segue: (1) em 1993, realizam-se estudos para a implantação de um curso de especialização latino-americana integrando as Universidades Federal do Paraná, de Santa Catarina, de Santa Maria e a *Universidad Federal de La Plata*; (2) em 1994, foi firmado convênio entre a Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, do Rio Grande do Sul e a Universidade de Ciências Sociais e Empresariais de Buenos Aires, com alunos que concluíram o curso primeiramente no Rio Grande do Sul e em seguida em Buenos Aires; (3) a Universidade de São Paulo - USP, implementou o Programa de Pós-Graduação em América Latina - PROLAM; (4) a Universidade Estadual

Paulista - UNESP, cria o Programa UNESP para o MERCOSUL - PROMERCO; (5) vários cursos de Comércio Exterior como habilitação do Curso de Administração de Empresas foram criados em vários pontos da área de influência, destacando-se a iniciativa da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR.

O discurso da integração universitária tem avançado no que se refere a orientações operacionais.

Neste ponto, concordamos com a proposta de MOROSINI, segundo a qual as ações a serem desenvolvidas no processo de integração do MERCOSUL devem ser estabelecidas a partir de objetivos e critérios operacionais básicos, tais como os abaixo citados:

- 1 - integrar a universidade dentro de um planejamento cuidadoso;
- 2 - conhecer os sistemas universitários dos países-membros, caracterizando as suas diferenciações;
- 3 - saber dos programas e das atividades de caráter universitário mantidos pelas Instituições de Ensino Superior;
- 4 - conceituar a qualidade do sistema universitário do MERCOSUL, visando a melhoria qualitativa do processo;
- 5 - permitir a transferência de créditos inter-universidades e reconhecer os diplomas expedidos pelo instituto de ensino superior da região;
- 6 - incrementar programas facilitadores voltados ao desenvolvimento da integração regional.

A despeito das orientações já explicitadas, ponto crítico que chama a atenção no tocante à implementação de políticas sociais, notadamente na educação, está no discurso apresentado pelas autoridades maiores de cada país membro do organismo regional. Considerando que o Parlamento do MERCOSUL ainda não foi institucionalizado, e tão pouco se sabe como vai ser a sua constituição em número de representantes por país, que forma de direito será utilizado para que haja um controle das aplicações no âmbito da comunidade regional, como ocorre com a União Européia, pode-se inferir que as determinações que promanam dos Ministérios da Educação, no momento carecem de respaldo jurídico comunitário (ACCIOLY, 1996).

Mais uma vez fica claro, ao se observar todo o desencadear do processo de integração do bloco, que a grande preocupação até o momento, segundo a constituição dos subgrupos de trabalho, é firmar um posicionamento na ordem econômica, fiscal, aduaneira, transportes, e outros. A educação está afeta a acordos paralelos, firmados entre instituições educacionais em todos os níveis.

No Boletim de Integração Latino-Americana número 11, (1997), PEDRO SCURO NETO sugere os fatores que devem ser estudados e observados com certa constância, quanto à questão social do MERCOSUL. Ainda que se relacionem quase que exclusivamente às questões trabalhistas e previdenciárias, não deixa de ser um fator onde a educação tem sua parcela de comprometimento e um papel a cumprir. Cita o autor:

- bases quantitativas de comparação entre o estoque e o fluxo de capital humano potencial dos diferentes países, assim como entre as infra-estruturas necessárias para sua utilização e incremento

- medidas de desenvolvimento dos recursos humanos em lugares determinados;
- identificação das áreas problemáticas para planejamento dos recursos humanos e da educação; (p.117)

Este aspecto tem raízes profundas no processo de desenvolvimento das áreas carentes e foi analisado no passado, por autores consagrados como SCHULTZ (1963 e 1971), BEEBY (1966) e PINHO (1970). Esses Autores expunham os problemas de formação de mão-obra-qualificada para o desenvolvimento nas etapas em que se encontram os países. SCHULTZ, observando a questão, enfoca o problema basicamente na visão do economista, mas também recorre à “dicotomia que isola a *cultura da economia*” quando outra faceta se apresenta no questionamento “qual o valor da instrução? É moral; apura o gosto e proporciona às pessoas real satisfação. É vocacional; desenvolve habilidades; eleva as rendas e representa um investimento humano”.

O caso MERCOSUL também não é tão somente uma questão de ordem econômica, mas cultural, no sentido de transformações que se vem verificando e que devem continuar a ocorrer, diante da nova fase que o cone sul está inserido. PINHO, aludia ao problema dos recursos e do desenvolvimento econômico, diante da atenção que os economistas dar aos “*recursos humanos* - que representam um dos fatores de produção de qualquer sistema econômico”, assim como aponta que “o desenvolvimento não depende somente de duas variáveis - capital e trabalho - sendo necessário considerar um terceiro fator, o *fator humano*, correspondente à organização e à capacidade profissional e técnica”. Aqui entra a universidade cooperativa e integrada na região. E é onde o potencial humano, ou melhor dizendo a população economicamente mobilizável deve ser preparada para as

etapas que a globalidade deverá vencer ao longo dos próximos anos. Seguindo o mesmo raciocínio, e com fundamento nos indicadores de desenvolvimento sócio-econômicos, na idéia de formação de trabalhadores em todos os níveis, PINHO (1970), citando HARBISON, ratificava a compreensão de que o potencial humano estratégico ou de alto nível inclui todas as pessoas com doze ou mais anos de instrução ou seu equivalente em especialização e experiência” (p. 16). Assim, segundo o Autor, todas as pessoas que possuem conhecimento estão reunidas

...no contexto do potencial humano estratégico, vitais ao desenvolvimento do país, ou seja, todos aqueles que pertencem ao magistério primário, médio e superior, os profissionais (entre os quais cientistas, engenheiros, arquitetos, agrônomos, médicos, veterinários, juristas e outros) os sub-profissionais (da agricultura, indústria, comércio e serviços em geral), os administradores, gerentes e empresários, tanto do setor público como do setor privado, os líderes políticos, etc.

- comparação e pesquisa das relações entre recursos humanos em lugares determinados;
- cenários e tipologias envolvendo o potencial de recursos humanos, bem como as infra-estruturas que podem conduzir à utilização racional de seu potencial;
- ênfase no componente educacional dos recursos humanos, bem como nas necessidades e questões às quais os países devem dar prioridade. (1970, p.19-20)

Neste particular, e com fundamento em bibliografia especializada, (*Global Issues in Transition*, N.º 7, July, 1994; FREEMAN & JAHODA, 1978; *Interfutures* - OCDE, 1979; RATTNER, 1979; MANLEY, Coord., 1985; HERRERA, 1982; COMNINOS, org, Equipe de Governo D, Escola Superior de Guerra - ESG, 1982;

Estudos de Prospectiva, ESG, 1985), chamamos a atenção para que sejam mais utilizadas as técnicas de futuros, como a Técnica Delfos, inicialmente desenvolvida pelo projeto “Tecnologia do Julgamento Grupal da *Rand Corporation*”, que vem sendo tratada de forma contínua e permanente.

Como exercício de futurição, a técnica DELPHOS, consagrada por excelência, vem sendo aplicada em várias áreas do conhecimento, como na descoberta de caminhos futuros e previsões para a tecnologia, nas ciências políticas e administrativas, na medicina. Na educação e treinamento, como método, sua aplicação evidencia as questões de formulação de políticas educacionais e diretrizes (SANDOW, 1972; WALDRON, 1970), na área do planejamento (ADELSON, 1967; WEAVER, 1969), critérios funcionais e atributos para a gerência (PAULA; RAMOS, 1975; ZENTGRAF, 1977). São estudos que vem contribuindo para que pessoas ligadas às funções de liderança, quer em empresas, quer em escolas, possam ter uma idéia aproximada do comportamento futuro de suas organizações inclusive, no tocante ao meio ambiente em que se situam. Como método, é representativo para o conhecimento do pensar no futuro, ao mesmo tempo que pode ser considerado um instrumento pedagógico que força as pessoas a pensar sobre o futuro de maneira mais complexa e pormenorizada, sendo também um instrumento que pode permitir melhores conhecimentos na aplicação de planos elaborados para fins diretos.

Observando-se a ordem político-educacional do MERCOSUL, nota-se uma carência de conhecimentos da realidade futura que aguarda o sistema de integração. O trabalho em todos os níveis de aplicação é o mote do desenvolvimento e, quando preparado adequadamente para as funções futuras

que o aguardam, muito tempo perdido será ganho, na medida em que as universidades em cooperação trocarem suas informações com vistas à construção de uma matriz das necessidades educacionais da região MERCOSUL.

Considerando que o enfoque deste trabalho se prende às questões da academia inserida no sistema integracionista do MERCOSUL e reconhecendo a sua subordinação ao circuito internacional, parece-nos oportuno inserir, aqui, alguns pontos traçados no Documento para Política de Mudança e Desenvolvimento no Ensino Superior, publicado em 1995, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, segundo decisão tomada na vigésima sétima sessão da Conferência Geral, em 1993 (in Estudos Brasileiros, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, Número 34, 1995).

Sendo o organismo maior na área da educação da maior organização política transnacional, a UNESCO, ao ditar diretrizes, expressa a vontade geral das nações que a integram, de favorecer a sociedade mundial com a aplicação de mecanismos mais eficientes para a conquista das metas educativas. O MERCOSUL não pode estar alheio a essas diretrizes, mesmo porque, a sua inserção na globalidade, coloca o Bloco diante de desafios mundiais e não somente regionais, ainda que estes devam ser superados a curto prazo.

Neste enfoque, Federico Mayor, Diretor Geral da Organização, sublinha a razão do documento como “uma contribuição da UNESCO para o debate em todos os aspectos da educação nesta virada de século, inclusive para o ensino superior” (p. 154) e “deve ser visto como complementar ao trabalho que está

sendo feito neste campo por outras organizações e entidades internacionais e regionais”. ” (p. 154)

O documento menciona, no **Sumário Executivo**, item “*Tendências no ensino superior*”, a emergência de três tendências básicas:

a - **expansão quantitativa**, não obstante acompanhada por desigualdades continuadas de acesso entre países e entre regiões;

b – **diversificação**, relativa a estruturas institucionais, programas e formas de estudos;

c - dificuldades financeiras.

Além dos itens acima listados, o referido documento enuncia o *gap*, que distancia cada vez mais os países ricos dos pobres, preocupação maior com referência às condições de ensino superior e pesquisa.

O item Desafios Para O Ensino Superior Num Mundo Em Evolução traz à luz a consideração de que mesmo que se tenha alcançado um estágio de desenvolvimento humano, os desafios a enfrentar na atualidade são de maior dimensão e complexidade. Ou seja, ainda que as tendências mostrem uma “série de processos concorrentes às vezes até contraditórios, de: democratização, globalização, regionalização, polarização, marginalização e fragmentação”(p. 180), deve-se levar em conta que às estratégias de desenvolvimento impõe-se caracterizá-las como um desenvolvimento sustentável humano, em que o crescimento econômico serviria ao desenvolvimento social e asseguraria um meio

ambiente sustentável. Perseguir estes objetivos é papel da educação, e o ensino superior tem um compromisso explícito neste processo.

No item Respostas Do Ensino Superior - Uma Nova Visão, as palavras de ordem são: **“relevância, qualidade e internacionalização”**.

O documento segue arrolando temas como a “liberdade acadêmica, e autonomia institucional”, a questão da “limitação de fundos” onde o poder público dos Estados é imprescindível, a melhoria do “conteúdo interdisciplinar e multidisciplinar dos estudos”, a “pesquisa” como uma função primordial para o ensino superior, a “qualidade” e a “avaliação”, assim como a “qualidade dos estudantes”, a “qualidade da infra-estrutura física e acadêmica”, ao tratar do princípio de “internacionalização do ensino superior” incita os países membros para “uma reflexão do caráter universal do aprendizado e da pesquisa”, lembrando a interculturalidade e os valores da regionalização integrada econômica e politicamente. Defende, ainda, a “cooperação internacional”, com base na “parceria e na busca coletiva pela qualidade e relevância do ensino superior”. Justifica-a como recurso de “promoção da solidariedade internacional”, como contribuição para dirimir os “desequilíbrios existentes e facilitar o acesso à transferência de conhecimentos”.(p 58 - 61).

## REFLEXÕES

Diante do exposto, entendemos que o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, deve balizar suas ações, na área da Educação, criando as condições de sedimentação do processo educativo, seguindo as normas estabelecidas nas estratégias internacionais.

A universidade latino-americana em geral deve unir-se diante desta nova realidade, criando mecanismos cooperativos internos voltados para a globalização da economia. Neste sentido, necessário se faz, integrar a área do ensino, da pesquisa e da extensão, assim como o setor administrativo tanto quanto no apoio interno e nas relações externas.

No caso do MERCOSUL, como área definida e constituindo um novo Bloco, mesmo que os interesses econômicos venham prevalecendo sobre os de ordem política e social, a formação deste organismo representa a forma mais avançada de integração, o que leva às constatações abaixo citadas.

01. A preparação de uma mão-de-obra qualificada se faz necessária no sentido de suprir a demanda interna das universidades, mudando conceitos gerenciais, criando programas específicos que possam agilizar com rapidez as gestões endógenas e exógenas da academia.

02. Produtora de saber e de conhecimentos, a universidade deve ser administrada como uma empresa, sujeita a todas as crises, e não estar apenas preocupada, se ligada ao setor público, com os cortes orçamentários do governo,

e, se privada, com as medidas oficiais que venham a restringir o pagamento das mensalidades dos alunos, ou o corte de verbas-auxílio destinadas à pesquisa, à extensão ou à aquisição de material de apoio.

03. A **nova universidade** integrada à globalidade da integração regional, deve prover seus órgãos hierárquicos com informações claras e objetivas, assim como, informar por órgão divulgador permanente, o que se passa na globalidade externa que possa vir a influenciar nas decisões maiores da academia.

04. Uma estrutura de comando horizontal poderá servir de apoio principalmente quando se trata de melhor conhecer os fornecedores da instituição. A qualidade do produto adquirido reflete na qualidade do produto gerado.

05. Por outro lado, a qualidade universitária está situada na base, que é o ensino associado à pesquisa. O melhor processo mercadológico da empresa-universidade é o seu processo pedagógico. Aí está o espelho da instituição. Docentes atualizados nas questões globais, modificam padrões quando da oferta de seu produto frente a um mercado que demanda qualidade e conhecimento prático.

Na era da globalização, em que pese a opinião de alguns vaticinadores de seu possível fracasso, a universidade é uma realidade, e é o produto de vicissitudes ocorridas com a humanidade ao longo dos últimos anos. Possivelmente seja a solução, mas é necessário que as entidades se adaptem aos seus valores, ou seja, que exerçam competitividade externa, percepção interna, cumplicidade na concepção e execução do projeto social dentro das organizações de trabalho, científicos e governamentais.

No capítulo introdutório, defendeu-se a “pedagogia da integração” como instrumento de **ideologização** do processo integracionista. Esta *pedagogia* diz respeito a uma etapa de ensinamento daquilo que é, o que é e para onde vai a integração. Não se pretende acrescentar nada de novo, pois as práticas educativas vêm-se aperfeiçoando a todo momento. O que se pretende é, via ensino/pesquisa, mostrar os caminhos permanentes e sólidos da integração, criando uma linguagem comum e assumindo os compromissos básicos ao sucesso da unidade cooperativa.

Um novo planejamento acadêmico está para acontecer pois mudanças vêm ocorrendo em todas as áreas, inclusive posicionando a atividade de pesquisa como pano-de-fundo para aquela pedagogia da integração.

Quanto a este último tema, LICHA (1994) trata do sistema de pesquisas nas universidades latino-americanas - aspecto este que vinha sendo avaliado por BLUME (1982) e GIBONS (1981). Segundo esses Autores, o grande problema está ligado ao dilema do financiamento para as pesquisas, o que está levando à “erosão da sua atividade de pesquisa e ao modo de como deverão enfrentar e resolver este problema” (p. 43). A universidade necessita mudar para fazer frente a esta carência crônica, que a totalidade dos pesquisadores e estudiosos denunciam. Mas, como enfrentar uma temática deste porte, se ainda existe uma separação nítida entre a empresa e a universidade? A empresa precisa da academia, assim como esta precisa da primeira. Sabe-se que a universidade concentra o maior número de especialistas e de laboratórios disponíveis, alguns desativados por falta de recursos. As grandes empresas podem se dar ao luxo de contratar cientistas e até em financiar seus estudos para contarem com eles após

sua formação pós-superior. Mas as médias e pequenas empresas estão longe de poder financiar pesquisadores, preferindo-os prontos para o exercício em suas empresas. As empresas de menor porte, na maior parte nacionais, preferem ir à universidade e solicitar que estas lhes forneçam soluções, ou mesmo até desenvolvam processos que possam ser aplicados em suas organizações melhorando seus produtos ou mesmo colocando um novo produto no mercado, utilizando para tanto os núcleos encubadores, que representam custos mais baixos.

O MERCOSUL, como bloco regional, necessita ter um sistema informativo, e um calendário de tarefas definido, auxiliado pelas universidades que possuem acordos e ajudando à concretização de outros acordos bilaterais, para que as tecnologias venham a ser conhecidas e possam permitir trocas entre universidades x universidades, empresas x empresas e universidades x empresas.

O MERCOSUL deve incentivar este intercâmbio de cooperação, pois, por este caminho, poderá transformar a universidade em uma empresa dinâmica, voltada para fora e desenvolvendo-se para dentro, criando novos empregos e preparando novos especialistas e cientistas para o desenvolvimento de novos processos e via de conseqüência, novos produtos.

As mudanças na universidade se fazem por vários caminhos e perigos.

...tais perigos referem-se essencialmente à natureza da mudança que está ocorrendo quanto à 'rentabilização' do conhecimento, processo que obedece à transnacionalização do sistema de produção do conhecimento, a qual leva, por sua vez, a que a política de pesquisa dependa cada vez mais da política econômica, isto é, de seus imperativos e benefícios (LICHA, 1994).

ALEWELL (in LICHA, 1986), salienta a liberdade de investigação como “um de seus requisitos fundamentais”. Entretanto, a liberdade para investigar, depende de quem financia a pesquisa. Se as empresas nacionais do MERCOSUL desejam se contrapor as empresas multinacionais, elas devem partir de forma agressiva a utilizar as universidades regionais, dotá-las de recursos voltados à criação de tecnologias, aperfeiçoando as que existem e desenvolvendo novas formas de produção. Seria aliar a teoria à prática em nível de MERCOSUL. Daí porque a necessidade de prover as universidades de estrutura singular, conforme a vocação de cada uma. Ainda, considerando que nas avaliações deste fenômeno, os especialistas concordam (ALEWELL, in LICHA, 1986) “...em indicar que as pesquisas nas universidades, nas próximas décadas, estarão cada vez mais submetidas a determinações externas” ( p. 46), é válido, pois que as universidades se administrem. É mudando seus sistemas internos para os princípios norteadores da globalização, pelo que, externamente, serão mais aceitas por passarem a entender as novas formas de ação que permeiam o processo de mudança.

Neste ponto, a universidade poderia ser o polo catalizador de um conjunto de empresas similares ou mesmo dependentes umas das outras, e provê-las com tecnologias apropriadas ao seu tamanho, a dimensão de seus mercados, e ao número de empregados e suas respectivas especializações que podem ser aperfeiçoadas pela universidade.

A universidade, pela atividade de seus laboratórios, pode criar processos de produção e desenvolver novos produtos. Mas é via sua pedagogia, que a

academia poderá prover as empresas para ensinar seus agentes a melhor utilizar estes processos.

O momento é de grandes preocupações para a região. Os líderes ligados à educação devem tomar a dianteira, uma vez que a inter-institucionalização universitária, deve seguir um desenho de relacionamento integrativo, com objetivos firmados, indicando os trâmites normais para um regime de funcionamento diretivo, uma estrutura secretarial e a definição de uma sede-capital que se incumba dos assuntos pertinentes à esta área. Em segundo lugar, deve-se assumir a tarefa desafiante de programas acadêmicos conjuntos, inclusive a pós-graduação em todos os níveis. Em terceiro lugar, criar mecanismos de avaliação que sejam comuns, no sentido de formar profissionais docentes e pesquisadores no âmbito da região. Um quarto ponto, está em unir definitivamente o setor produtivo à universidade, desta feita, no âmbito regional, relacionado em todos os sentidos, na busca de uma cooperação mútua entre ambas as entidades.

Somente com uma política criativa, flexível, ausente de partidarismos pessoais, com propostas apresentadas passando por discussões amplas, com institutos universitários integrados tanto às Empresas Públicas como as Instituições Privadas, é que se poderá alcançar em todos os níveis educacionais, uma progressiva institucionalidade regional.

**Quadro VIII - Desenho Prospectivo para um Macro-Cenário e Etapas Possíveis para Avaliar a Integração no MERCOSUL com vistas à Cooperação Inter-Universitária**

<b>1 Construção das Premissas</b>	Análise Global e Avaliação Estratégica da Situação Conforme os Grandes Balizadores e Análise do Ambiente Interno e Externo
<b>2 Escolhas Prioritárias</b>	Atores Principais e Eventos Detectados por meio da Análise do Comportamento de Fatos Portadores de Futuros
<b>3 Detalhamento</b>	Pesquisas de Aferição Conectadas com o Processo Histórico da Região
<b>4 Cenários Prospectivos</b>	Tempo Previsto de Conformidade com a Configuração em Médio e Longo Prazos
<b>5 Implementação</b>	Estratégias Cooperativas Interuniversitárias via órgão Secretarial com a (1) Aplicação de Tecnologias Apropriadas, (2) Referência Organizacional, (3) Flexibilidade dos Atores & (4) Influência do Universo Externo

## **Nota 2 - Algumas propostas para a questão da cooperação técnica internacional intra-blocos e inter-blocos no sistema universitário regional do MERCOSUL**

*Institucionalizar uma Secretaria de Ensino Superior uma espécie de Escritório Regional Acadêmico com o objetivo de:*

- selecionar, avaliar as contrapartidas e administrar o planejamento institucional com vistas à implantação de programas inter-universitários
- agilizar a divulgação dos intercâmbios acadêmicos
- criar um cadastro de recursos humanos por nível de especialização
- coordenar seminários, exposições e outros eventos
- gerenciar intercâmbios para evitar superposições
- avaliar os custos de projeto
- controlar as transferências de tecnologias
- garantir a homogeneidade de comportamento interinstitucional
- preservar a imagem das pessoas e das instituições
- agregar benefícios relevantes aos projetos e programas
- buscar acordos mutuamente satisfatórios
- capacitar a interação entre culturas diferenciadas
- recepcionar e acompanhar missões de controle dos projetos
- assegurar as condições contratuais efetivadas
- formular diretrizes de cooperação
- estudar a realidade universitária do bloco, relacionando-a com a integração regional como um todo, com pautas de cenários futuros

## CONCLUSÃO

Enfim, no presente estudo, estamos plenamente de acordo com SCHAPOSNIK (1997) ao admitirmos que não se discute mais a conveniência da integração no âmbito do MERCOSUL, e sim o seu modelo, seus conteúdos e objetivos, suas formas, seus instrumentos, a forma de mobilização social...(p.178).

O papel da Universidade, dentro de um novo modelo de integração, seria, então, mais orgânico, o que pode ser alcançado nos termos propostos, uma vez mais, por SCHAPOSNIK (1997):

Se a universidade não é chamada a opinar, o caminho deve ser o de abrir o debate universitário, sair a formar a opinião pública e pressionar sobre os poderes para conseguir que os projetos apoiem-se em modelos adequados aos objetivos econômicos e sociais elaborados como proposta. Como a função da universidade deve ser de participar politicamente, a ciência deve elaborar o melhor projeto possível (p. 179).

Mas, a dificuldade maior, concordamos, está em que as universidades latino-americanas “padecem de um grave defeito de formação, repercutindo nas possibilidades de integração entre elas”( SCHAPOSNIK, 1997: 181).

Em todo caso, o papel da Universidade no processo de integração do MERCOSUL ainda se encontra em discussão. Os seminários que têm reunido órgãos e instituições universitárias que desenvolvem estudos específicos sobre o tema, questionam as perspectivas do processo de integração e tentam se articular à política ministerial materializada no projeto “MERCOSUL EDUCACIONAL”. Os primeiros empenhos restringem-se a exercícios de integração curricular e

reconhecimento de títulos e diplomas. Mas é preciso esperar e fazer mais pelo próprio conceito de integração.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCIOLY, Elizabeth. **Mercosul & União Européia: estrutura jurídico institucional.** Curitiba: Juruá Editora, 1996.
- AGARWALA, A. N. e SINGH, S. P.. **La economia del subdesarrollo.** Madrid: Editorial Tecnos S A, 1963.
- ANUÁRIO ECONÔMICO E GEOPOLÍTICO MUNDIAL. **O mundo hoje: 1995/96.** São Paulo: Editora Ensaio, 1996.
- BASSO, Maristela, (org). **MERCOSUL: seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos estados-membros.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Ltda., 1995.
- BEEBY, C. E. **Educação e desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
- BENKO, George. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- BLOOM, Allan. **O declínio da cultura ocidental: da crise da universidade à crise da sociedade.** São Paulo: Editora Best Seller, 1987.
- BOUDON, Raymond. **A desigualdade das oportunidades: a mobilidade social nas sociedades industriais.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1973
- BRANDÃO, Antonio Salazar P. & PEREIRA, Lia Walls. **MERCOSUL: perspectivas da integração.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.
- CASTRO, Cláudio de Moura. **A educação brasileira: consertos e remendos,** Rocco: Rio de Janeiro, 1994.
- CERVI, Rejane de Medeiros. **Evolução da conotação política dos estudos comparativos em educação.** In EDUCAR - Revista do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Vol. 4, No. 1, Curitiba, 1985, p.73 a 92.
- \_\_\_\_\_. **La perspectiva internacional en el area de la educación.** "Tesis Doctoral" apresentada à Universidade de Barcelona, para a obtenção do Grau de Doutor. Barcelona, Espanha, 1981, Tese revista em 1985.
- \_\_\_\_\_. **Integração da educação no MERCOSUL: o papel dos estudos comparados – SENAR.** Curitiba, 1997.
- COMNINOS, Constantino (org). **Avaliação prospectiva da conjuntura.** TGI 6 - 82, Equipe de Governo da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1982, 93 p.

- COOMBS, Philip H. **A crise mundial da educação: uma análise de sistemas**. Editora Perspectiva. São Paulo: 1976.
- CUNHA, Célio da . "O Mercosul e a educação básica", in ... **Em Aberto**, Brasília, INEP, ano15, (68), out.dez. 1995: 10-15.
- DEMO, Pedro. **Um Brasil mal educado**. Curitiba: Editora Champanhath, 1996.
- DEREK, Bok. **Ensino superior**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária Ltda., 1986.
- DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Segunda Edição, Editora Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, 1987, 1421 p.
- DONGHI, Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.
- DÓRIA, O. Roberto. "Informação e integração", in .... **Em Aberto**, Brasília, INEP, ano15, (68), out.dez. 1995: 6-9
- ECHAVARRÍA, José Medina & DE VRIES, Egbert (org) et al. **Aspectos sociales del desarrollo económico en América Latina**. 2 vols. Lieja (Bélgica) : UNESCO, 1962.
- EDUCAÇÃO BRASILEIRA. Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB. **Documento para política de mudança e desenvolvimento no ensino superior**. UNESCO, v. 17, n. 34, jan-jul. 1995. P. 153-221.
- EM ABERTO. **MERCOSUL**. SEDIA/INEP – Secretaria de Avaliação e Informação Educacional. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. MEC – Ministério da Educação e do Desporto. Brasília, Ano XV, n. 68. Out-dez. 1995.
- \_\_\_\_\_. **A educação no mundo pós Guerra-Fria**. SEDIA/INEP – Secretaria de Avaliação e Informação Educacional. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. MEC – Ministério da Educação e do Desporto. Brasília, Ano XIV, n. 64. Out-dez. 1994.
- FARIA, Werter R. **Defesa da concorrência no MERCOSUL**. Estudos da Integração, Vol. 1. Edição Bilingue. Associação Brasileira de Estudos da Integração. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, Brasília, 1992.
- FREEMAN, Christopher & JAHODA, Marie. **World Futures: the great debate**. England: Martin Robertson & Co. Ltda, 1978.
- FRIEDMAN, George e LEBART, Meredith. **EUA x Japão: guerra à vista**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.

- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, 1987.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabulações avançadas do censo demográfico** - Rio de Janeiro: IBGE, 1970; 1980; 1991.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTER, Pierre. **Os sistemas de formação em seus contextos**. Rio de Janeiro: FGV, 1982.
- GASSET, José Ortega y. "Misión de la Universidad", In **Obras Completas**, Tomo IV, Tercera Edición, Revista de Occidente, Madrid, 1955, 311 à 353.
- GLOBAL ISSUES IN TRANSITION, N. o 7, july 1994, 64 p.
- HERRERA, Amílcar O. **A Grande jornada**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- HORTA, José Silvério Baia. **Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1982.
- JAGUARIBE, Hélio. **Novo cenário internacional: conjunto de estudos**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. 1986.
- \_\_\_\_\_. **BRASIL, 2000: para um novo pacto social**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Crises e alternativas da América Latina**. Coleção Estudos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.
- KOURKANOFF, Wladimir. **A face oculta da universidade**. São Paulo: UNESP Editora, 1990.
- KRUGMANM, Paul. **Internacionalismo pop**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- LANGONI, Carlos Geraldo (coord) et al.. **A Nova América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- LEWIS, John P; KALLAB, Valeriana. **Development strategies reconsidered. transaction books**. USA: [s.n.], 1986.
- MANLEY, Michael. **Desafio global: da crise à cooperação rompendo com o impasse Norte-Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

- MARQUES, Eduardo(org). **Análise Prospectiva**. Escola Superior de Guerra, PN10-85, Rio de Janeiro, 1985.
- MERCOSUL – **Estratégias para a integração. Comissão de Integração de Agrimensura, Agronomia, Arquitetura e Engenharia para o MERCOSUL - CIAM**. CREA/RS, CONFEA/CAN. Porto Alegre, 1997, 179 p.
- \_\_\_\_\_, **Legislação e textos básicos**. Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. Senado Federal. Brasília, 1996.
- MINOGUE, Keneth. **O Conceito de universidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- MOROSINI, Marília Costa (org) et al. **Universidade no Mercosul**. São Paulo: CNPQ, FAPERGS, Cortez Editora, 1994.
- \_\_\_\_\_, Marília Costa; LEITE, Denise (org) et al.. **Universidade e integração no Cone Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.
- MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica y regiones subdesarrolladas**, México; Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- NAISBITT, John. **Paradoxo global**. São Paulo: Editora Campus Ltda., 1994.
- \_\_\_\_\_, ABUWJENE, Patricia. **Megatrends. 2.000: ten new directions for the 1990's**. New York: William Murrow and Company Inc, 1990.
- NEVES, Clarissa Eckert Baeta e MOROSINI, Marília Costa. **Cooperação Universitária no Mercosul**. In: **Em Aberto**, Brasília, INEP, ano15, (68), out.dez. 1995:: 16-26
- OCDE - Organization for Economic Cooperation and Development. **Facing the futures**. Edinburg; England: OCDE, 1979.
- OHMAE, Kenichi. **Mundo sem fronteiras: poder e estratégia em uma economia global**. São Paulo: Makron Books, 1992.
- \_\_\_\_\_. **O Fim do Estado Nação: a ascensão das economias regionais**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Poder da Tríade: a emergência da concorrência global**. São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1989.
- PAIVA, Vanilda & WARDE, Mirian Jorge (orgs) et al. **Dilemas do ensino superior na América Latina**. Campinas: Papyrus Editora, 1994.
- PEPELASSIS, Adamantios; MEARS, Leon; ADELMAN, Irma. **Desenvolvimento econômico: análise e estudo de casos**. São Paulo: Editora Atlas SA, 1967.

- PINHO, Carlos Marques. **Economia de educação e desenvolvimento**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970
- PINTO, Anibal; FREDES, Carlos. **Curso de economia.**, Rio de Janeiro: Forum Editora 1968.
- PSACHAROPOULOS, George. **The economic impact of education: lessons for policy makers**. International Center for Economic Growth. San Francisco, California: ICS Press, 1991.
- RATTNER, Henrique. **Estudos do futuro: introdução à antecipação tecnológica e social**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- ROSTOW, W. W.. **Etapas do desenvolvimento econômico**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- SANTOS, Nailton et al. **integração regional e cooperação interuniversitária**. Recife: Universidade Católica de Recife, FASA Editora, 1994.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. **O Brasil e a integração hemisférica: vertente histórica**, in: **Em Aberto**, Brasília, INEP, ano15, (68), out.dez. 1995: 36-44
- SCHAPOSNIK, Eduardo C. **As teorias da integração e o Mercosul: Estratégias**. Florianópolis, S.C, Editora da UFSC, 1997.
- SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- \_\_\_\_\_. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- SEITENFUS, Vera Maria P. ; BONI, Luis A. De (Coord.). **Temas de integração Latino-Americana**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda. 1990.
- SOARES, Ester Bueno. **Mercosul: desenvolvimento histórico**. São Paulo: Editora Oliveira Mendes Lyda, 1997.
- SOUZA, Paulo Renato. A educação no Mercosul, in **Em Aberto**, Brasília, INEP, ano15, (68), out.dez. 1995: 3-5.
- SPERO, Joan Edelman. **The politics of international economic relations**. 3. ed.. New York: St. Martin's Press, Inc. 1985.
- STEGER, Hanns-Albert. **As Universidades no desenvolvimento social da América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1970.
- SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. México: Siglo XXI Editores SA, 1970.

THORSTENSEN, Vera; NAKANO, Yoshiaki; LIMA, Camile de Faria; SATO, Cláudio Seiji. **O Brasil frente a um mundo dividido em blocos**. São Paulo: Livraria Nobel S.A., 1994.

THURLOW, Lester C. **O futuro do capitalismo** - como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã. Rocco, Rio de Janeiro, 1997, 456 p.

\_\_\_\_\_. **Cabeça a cabeça**: a batalha econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

TOFFLER, Alvin (org). **Aprendendo para o futuro**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1977.

\_\_\_\_\_, Alvin. **Powershift**: As mudanças do poder. Rio de Janeiro: Editora Record, 1991.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB**: fábrica de ideologias. São Paulo Editora Ática, 1977.

TOMMASI, Livia De, WARDE, Mirian Jorge & HADDAD, Sérgio (Orgs). **Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

UNESCO. **Educación y desarrollo en América Latina**: bases para una política educativa. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1967.

UNIVERSIDAD Y SOCIEDAD. **Seminário en Universidad de Deusto**. Bilbao, España: 1987.

WOLFF, Robert Paul. **O ideal da universidade**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1963.